

ANEXO I

EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS:

A) No cumprimento da Resolução nº 12, no prazo de 30 de novembro de 2007, os Ministérios Públicos dos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Trabalho apresentaram seus dados.

Os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, do Amazonas, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná, do Rio de Janeiro e de Roraima apresentaram os dados fora do prazo estabelecido.

O Ministério Público Federal, até o dia 10 de novembro, não prestou as informações necessárias.

B) Muito embora, a maioria dos Ministérios Públicos brasileiros tenham atendido o cumprimento da Resolução nº 12/CNMP, não foi possível realizar uma análise global e precisa dos dados, ficando, em parte, prejudicado este exame em razão da falta de maiores e melhores informações, bem como pela apresentação de dados incompletos.

De acordo com os dados apresentados pelo setor de informática, em 10 de dezembro de 2007, percebe-se que apenas os Ministérios Públicos dos Estados de Roraima, do Rio Grande do Sul e do Sergipe responderam a todos os itens relacionados nos Anexos da Resolução nº 12.

Ao primeiro item referente à Estrutura Administrativa, percebe-se que, em comparação com os dados apresentados em 2006, os administradores e gestores da Instituição, ao remeterem as informações pretendidas pela Resolução nº 12, procuram, de forma mais precisa, apresentar a fotografia do Ministério Público, muito embora a análise global e comparativa tenha sido prejudicada pelo não atendimento, em algumas oportunidades, do objeto questionado.

Analisando os dados apresentados, pode-se observar o crescimento e aperfeiçoamento gradual do Ministério Público brasileiro.

1.1 Número de cargos de Procuradores de Justiça criados

De forma preliminar, observa-se que os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins deixaram de informar, não atendendo o objeto do questionamento, o que prejudicou, em parte, a análise global. Este quadro é histórico – deve refletir todos os cargos criados por Lei em cada Ministério Público. É possível que se possa entender, pela informação prestada, que não foram criados cargos de Procuradores de Justiça no ano de 2007. Todavia, o questionamento é sobre quantos cargos de Procuradores de Justiça há, no Ministério Público do Estado ou do Distrito Federal, criados por Lei não apenas no ano de 2007. Evidentemente, que, em todos os Estados, há cargos de Procuradores de Justiça criados por Lei e que não foram reproduzidos nas informações de alguns Ministério Públicos. Por exemplo, nos Ministérios Públicos dos Estados do Paraná, do Pará e do Rio de Janeiro, havia, respectivamente, 88, 31 e 184 cargos criados em 2006. Em 2007, há o mesmo número de cargos, desde que não tenha sido nenhum criado no exercício.

ESTADO	Nº de cargos de Procuradores de Justiça criados	
	2006	2007
Acre	13	13
Alagoas	0	0
Amapá	11	11
Amazonas	0	21
Bahia	0	47
Ceará	31	31
Distrito Federal	39	39
Espírito Santo	32	32
Goiás	36	36
Maranhão	31	31
Mato Grosso	26	30
Mato Grosso do Sul	25	25
Minas Gerais	0	0
Pará	31	0
Paraíba	0	0
Paraná	88	0
Pernambuco	45	45
Piauí	20	20
Rio de Janeiro	184	0
Rio Grande do Norte	21	21

ESTADO	N° de cargos de Procuradores de Justiça criados	
	2006	2007
Rio Grande do Sul	125	125
Rondônia	20	20
Roraima	7	7
Santa Catarina	40	40
São Paulo	202	202
Sergipe	14	14
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	1.014	810

1.2 Número de cargos de Procuradores de Justiça providos

No item, referente ao número de cargos de Procuradores de Justiça providos, deixaram de apresentar os dados os Ministérios Públicos dos Estados do Minas Gerais e de Tocantins.

Por sua vez, os Ministério Públicos de Alagoas, do Pará, da Paraíba, do Paraná e do Rio de Janeiro informaram números de cargos providos superior ao número de cargos criados por Lei (item nº 01), o que prejudica a análise geral. Pelo exame, observa-se que no Ministério Público do Ceará, do Rio de Janeiro e de São Paulo, houve o crescimento de cargos providos por promoção. Por sua vez, no Ministério Público dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, houve a vacância de cargos que não foram providos.

ESTADO	Nº de cargos de Procuradores de Justiça providos	
	2006	2007
Acre	10	10
Alagoas	17	17
Amapá	11	11
Amazonas	1	16
Bahia	41	41
Ceará	30	31
Distrito Federal	39	39
Espírito Santo	32	32
Goiás	36	36
Maranhão	0	30
Mato Grosso	30	26
Mato Grosso do Sul	25	24
Minas Gerais	5	0
Pará	30	30
Paraíba	19	19
Paraná	80	80
Pernambuco	32	32
Piauí	20	20
Rio de Janeiro	172	184
Rio Grande do Norte	21	21
Rio Grande do Sul	116	113
Rondônia	17	17
Roraima	7	7
Santa Catarina	40	39
São Paulo	199	202
Sergipe	14	14
Tocantins	0	0

ESTADO	N° de cargos de Procuradores de Justiça providos	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	1.071	1.091

1.3 Número de cargos de Promotores de Justiça criados

No item referente ao número de cargos de Promotores de Justiça criados no ano de 2007, deixaram de prestar as informações pertinentes os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná e Rio de Janeiro, prejudicando a análise.

O exame deste dados pode ser feito a semelhança do item 1.1, pois o que se pretende, de fato, é o referencial histórico. Quantos cargos de Promotores de Justiça há em cada Ministério Público criados por Lei? Por certo, há em Alagoas, em Minas Gerais, no Para, na Paraíba, no Paraná e no Rio de Janeiro. Os Ministérios Públicos dos Estados do Pará, Paraná e Rio de Janeiro, em 2006, possuíam, respectivamente, 317, 491 e 686 cargos de Promotores de Justiça criados por Lei. Se no ano de 2007 não foram criados novos cargos, o preenchimento estaria completo com a repetição dos dados anteriormente oferecidos.

ESTADO	Nº de cargos de Promotores de Justiça criados	
	2006	2007
Acre	81	81
Alagoas	0	0
Amapá	95	95
Amazonas	0	142
Bahia	0	738
Ceará	348	348
Distrito Federal	393	393
Espírito Santo	486	486
Goiás	396	396
Maranhão	9	269
Mato Grosso	223	223
Mato Grosso do Sul	174	173
Minas Gerais	0	0
Pará	317	0
Paraíba	0	0
Paraná	491	0
Pernambuco	490	490
Piauí	208	218
Rio de Janeiro	686	0
Rio Grande do Norte	226	226
Rio Grande do Sul	761	762
Rondônia	160	160
Roraima	43	43

ESTADO	N° de cargos de Promotores de Justiça criados	
	2006	2007
Santa Catarina	308	345
São Paulo	2.159	2.145
Sergipe	118	119
Tocantins	0	9
TOTAL NACIONAL	8.172	7.861

1.2 Número de cargos de Promotores de Justiça providos

Neste item, referente ao número de cargos de Promotores de Justiça providos, deixaram de apresentar os dados os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas e Minas Gerais.

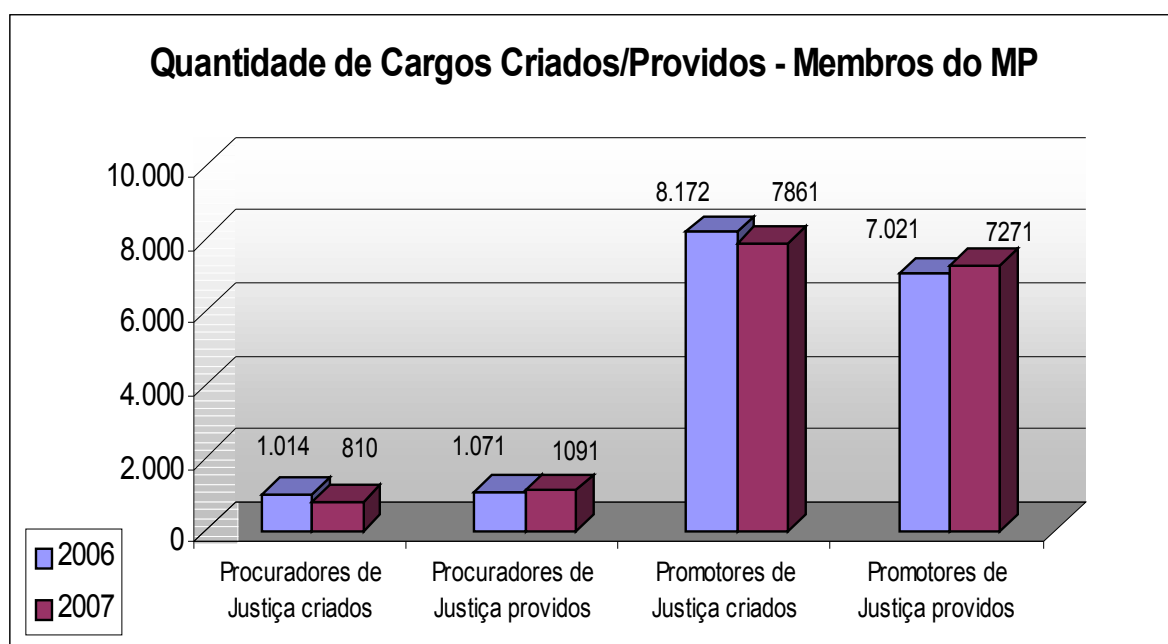
Os Ministério Públicos do Pará, da Paraíba, do Paraná e do Rio de Janeiro informaram números de cargos providos superior ao número de cargos criados (item nº 03). Importa a informação de cargos de Promotores de Justiça providos. Por exemplo, se no Ministério Público do Estado de Alagoas havia, em 2006, 138 cargos providos e se, naquele Ministério Público, não ocorreram aposentadorias ou exonerações, no ano de 2007 deveria ser repetido o número de cargos providos.

ESTADO	Nº de cargos de Promotores de Justiça providos	
	2006	2007
Acre	39	39
Alagoas	138	0
Amapá	53	53
Amazonas	0	129
Bahia	486	484
Ceará	321	312
Distrito Federal	305	303
Espírito Santo	287	282
Goiás	282	289
Maranhão	3	228
Mato Grosso	147	147
Mato Grosso do Sul	142	146
Minas Gerais	41	0
Pará	226	226
Paraíba	188	191
Paraná	470	465
Pernambuco	326	324
Piauí	151	139
Rio de Janeiro	638	650
Rio Grande do Norte	173	170
Rio Grande do Sul	557	556
Rondônia	90	92
Roraima	23	27
Santa Catarina	280	295
São Paulo	1.539	1.602
Sergipe	116	113
Tocantins	0	9

ESTADO	N° de cargos de Promotores de Justiça providos	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	7.021	7.271

Observação: Analisando os dados que foram apresentados nos itens 1.1, 1.2, 1.3, e 1.4, referente ao ano base de 2006 e de 2007, se pode observar, que a quantidade de cargos de membros do *Parquet* não sofreu nenhuma alteração busca, mantendo-se de acordo com a necessidade real de cada Instituição nos Estados.

Cabe salientar que se todos tivessem respondido aos item referidos, poderia o Conselho Nacional do Ministério Público efetuar o correto planejamento institucional. Estes são dados simples que, lamentavelmente, não vieram ao Relatório e não permitem que se tenha a visão global das reais necessidades da Instituição. O gráfico abaixo procura retratar a posição informada. Não pode o Conselho Nacional, ainda, pelas informações prestadas pelos diversos Ministérios Públicos, saber, corretamente, o número de cargos criados por Lei de Procuradores e de Promotores de Justiça e o número de cargos providos. Se perguntarem ao Conselho Nacional, hoje, quantos cargos há de Procuradores de Justiça criados e quantos há providos, a resposta será incompleta. O mesmo pode-se dizer quanto aos Promotores de Justiça.



1.3 Número de cargos de Servidores de carreira criados

Na indagação referente ao número de cargos criados por Lei de servidores, para provimento efetivo criados, os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e de Tocantins não informaram, prejudicando uma melhor análise da situação nacional. É do conhecimento de todos, que todos os Ministérios Públicos dos Estados possuem estrutura de serviços auxiliares e, nos últimos anos, têm, por Lei específica, criados cargos de servidores. Os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro apresentaram dados no ano de 2006 e, se não foram criados por Lei novos cargos, os números deveriam ser repetidos.

ESTADO	Nº de cargos de Servidores de carreira criados	
	2006	2007
Acre	285	285
Alagoas	0	0
Amapá	299	299
Amazonas	0	352
Bahia	0	1224
Ceará	414	414
Distrito Federal	944	1093
Espírito Santo	288	345
Goiás	801	801
Maranhão	0	514
Mato Grosso	555	526
Mato Grosso do Sul	276	319
Minas Gerais	800	0
Pará	946	946
Paraíba	0	0
Paraná	628	0
Pernambuco	647	647
Piauí	268	268
Rio de Janeiro	1.109	0
Rio Grande do Norte	238	238
Rio Grande do Sul	2.014	2022
Rondônia	1.645	1645
Roraima	123	123
Santa Catarina	354	354
São Paulo	2.349	2657
Sergipe	95	95
Tocantins	0	0

ESTADO	N° de cargos de Servidores de carreira criados	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	15.078	15.167

1.4 Número de cargos de Servidores de carreira providos

No que diz respeito no número de cargos de servidores de carreira providos, os dados não foram informados pelo Ministérios Públicos de Minas Gerais. Este Ministério Público informa que possui 800 cargos criados por Lei, todavia não informa se há algum destes cargos providos. Por certo há, todavia faltou a informação.

ESTADO	Nº de cargos de Servidores de carreira providos	
Acre	107	99
Alagoas	81	93
Amapá	119	119
Amazonas	6	169
Bahia	172	508
Ceará	414	342
Distrito Federal	644	621
Espírito Santo	33	33
Goiás	493	537
Maranhão	272	445
Mato Grosso	460	366
Mato Grosso do Sul	247	247
Minas Gerais	0	0
Pará	688	695
Paraíba	150	148
Paraná	498	488
Pernambuco	282	291
Piauí	31	28
Rio de Janeiro	822	1088
Rio Grande do Norte	238	238
Rio Grande do Sul	1.489	1442
Rondônia	451	447
Roraima	82	82
Santa Catarina	288	312
São Paulo	2.202	2558
Sergipe	72	69
Tocantins	0	138
TOTAL NACIONAL	10.341	11.603

1.5 Número de cargos em Comissão criados

No item referente ao número de cargos de provimento em comissão criados, deixaram de apresenta os dados solicitados os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins, o que prejudicou a melhor análise. Também, neste item, ocorreram equívocos. Se o número de 2007 era mesmo número existente em 2006 de cargos criados por Lei, este dado deveria ser repetido. Caso fossem criados novos cargos, estes deveriam ser somados aos cargos anteriormente existentes e, caso diminuíssem, deveriam ser subtraídos. Todavia, importa a exposição do dado referente a quantos cargos em comissão há, historicamente, criados por Lei, em cada Ministério Público no momento da declaração.

ESTADO	Nº de cargos em Comissão criados	
	2006	2007
Acre	262	262
Alagoas	0	0
Amapá	181	181
Amazonas	0	36
Bahia	43	322
Ceará	30	30
Distrito Federal	528	517
Espírito Santo	115	113
Goiás	374	374
Maranhão	0	319
Mato Grosso	230	230
Mato Grosso do Sul	166	186
Minas Gerais	34	0
Pará	58	58
Paraíba	0	0
Paraná	139	0
Pernambuco	15	8
Piauí	191	191
Rio de Janeiro	408	0
Rio Grande do Norte	67	67
Rio Grande do Sul	550	550
Rondônia	408	411
Roraima	101	101
Santa Catarina	362	419
São Paulo	320	311
Sergipe	177	222
Tocantins	0	0

ESTADO	N° de cargos em Comissão criados	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	4.759	4.908

1.6 Número de cargos em Comissão providos

Quanto ao números de cargos em Comissão providos em cada Ministério Público da Federação, o Estado de Tocantins deixou de prestar informações e os dados apresentados pelos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro são superiores aos criados (item 1.7), prejudicando a análise. O Ministério Público do Estado de Alagoas, por exemplo, informou que, em 2006, tinha 103 cargos providos, no ano de 2007, tinha 98 cargos, o que leva à presunção de que foram exonerados 5 cargos em comissão. Todavia, não foi respondido o item 1.7, embora, também, se possa presumir que há, naquele Ministério Público, no mínimo, 98 cargos criados por Lei. Há cargos vagos? Esta resposta não pode ser dada, pois as informações não estão completas.

ESTADO	Nº de cargos em Comissão providos	
	2006	2007
Acre	114	118
Alagoas	103	98
Amapá	63	104
Amazonas	0	31
Bahia	66	317
Ceará	30	29
Distrito Federal	504	517
Espírito Santo	99	104
Goiás	325	252
Maranhão	201	222
Mato Grosso	138	156
Mato Grosso do Sul	158	171
Minas Gerais	11	2
Pará	56	56
Paraíba	69	69
Paraná	136	124
Pernambuco	2	8
Piauí	0	140
Rio de Janeiro	368	392
Rio Grande do Norte	67	67
Rio Grande do Sul	256	265
Rondônia	181	238
Roraima	181	82
Santa Catarina	320	387
São Paulo	279	293
Sergipe	167	156
Tocantins	0	0

ESTADO	N° de cargos em Comissão providos	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	3.894	4.398

1.7 Número de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão

Com referência ao item 1.9, que buscou a informação do número de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargos em comissão (exemplo: cedidos, adidos, terceirizados) os Ministério Públicos de Alagoas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Roraima e de Tocantins deixaram de apresentar qualquer dado, o que prejudicou a análise mais ampla. Por exemplo, no ano de 2006 foram prestadas informações pelos Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Paraná e Piauí. Se não houve alteração, estes Ministério Públicos deveriam repetir os números anteriormente apresentados.

ESTADO	Nº de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	
	2006	2007
Acre	6	6
Alagoas	35	0
Amapá	42	8
Amazonas	0	8
Bahia	0	74
Ceará	115	221
Distrito Federal	153	261
Espírito Santo	368	371
Goiás	9	9
Maranhão	269	175
Mato Grosso	90	126
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	0	0
Pará	7	5
Paraíba	2	2
Paraná	31	0
Pernambuco	0	0
Piauí	140	0
Rio de Janeiro	515	467
Rio Grande do Norte	59	90
Rio Grande do Sul	106	102
Rondônia	27	26
Roraima	0	0
Santa Catarina	193	35
São Paulo	70	72
Sergipe	165	145
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	2.402	2.203

1.10 Número de vagas para estágio criados

Os Ministério Públicos dos Estados do Acre, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba e Tocantins deixaram de informar o número de vagas criadas para estágio, o que prejudicou a análise. O Ministério Público de Minas Gerais possuía, em 2006, 860 vagas e, como deixou de prestar informações neste ano, a presunção é de que não há mais estagiários atuando naquele Ministério Público, o que por certo é um equívoco.

ESTADO	Nº de vagas para estágio criados	
	2006	2007
Acre	0	0
Alagoas	0	0
Amapá	100	110
Amazonas	0	100
Bahia	573	515
Ceará	696	696
Distrito Federal	396	507
Espírito Santo	400	400
Goiás	318	292
Maranhão	40	42
Mato Grosso	164	244
Mato Grosso do Sul	184	396
Minas Gerais	860	0
Pará	265	288
Paraíba	0	0
Paraná	670	20
Pernambuco	348	336
Piauí	25	25
Rio de Janeiro	0	220
Rio Grande do Norte	150	220
Rio Grande do Sul	950	1119
Rondônia	209	258
Roraima	25	20
Santa Catarina	669	703
São Paulo	2.488	2580
Sergipe	124	123
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	9.654	9.214

1.11 Número de vagas para estágio providas

Quanto aos dados informados neste, que dizem respeito ao número de vagas para estágio providas, os dados apresentados pelos Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba e do Paraná são maiores do que o informado no item 1.10, que diz respeito ao número de vagas para estágios criados, prejudicando melhor interpretação. Com relação aos dados apresentados, há situações que devem ser destacadas, também. Por exemplo, o número de cargos de servidores criados (item 1.5) e providos (item 1.6), com o número de cargos de estagiários criados (item 1.10) e providos (1.11). Por certo, em razão de limitação orçamentária ou da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Ministério Público, em muitos Estados, está utilizando muitos estagiários.

ESTADO	Nº de vagas para estágio providas	
	2006	2007
Acre	0	0
Alagoas	44	40
Amapá	100	110
Amazonas	24	40
Bahia	382	385
Ceará	39	57
Distrito Federal	348	475
Espírito Santo	265	314
Goiás	218	134
Maranhão	32	42
Mato Grosso	126	199
Mato Grosso do Sul	159	318
Minas Gerais	89	422
Pará	255	271
Paraíba	173	173
Paraná	561	622
Pernambuco	303	289
Piauí	20	25
Rio de Janeiro	19	0
Rio Grande do Norte	147	150
Rio Grande do Sul	874	1022
Rondônia	201	233
Roraima	8	12
Santa Catarina	549	550
São Paulo	1.138	1239
Sergipe	94	106
Tocantins	0	0

ESTADO	Nº de vagas para estágio providas	
	2006	2007
TOTAL NACIONAL	6.168	7.228

Observação: A análise dos itens 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.10 e 1.11, embora prejudicada, em parte, pela falta de dados de algumas unidades, permite algumas constatações com relação a massa de pessoas que prestam, de alguma forma, serviço de apoio aos membros e as Instituições do Ministério Público nos Estados e no Distrito Federal e Territórios.

Só para tomar como exemplo, os Ministérios Públicos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe.

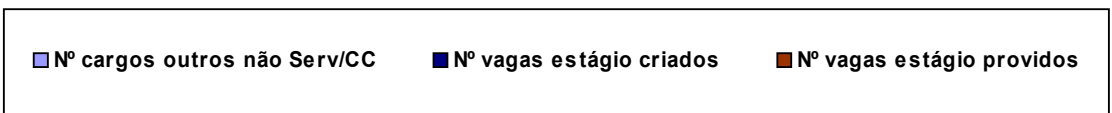
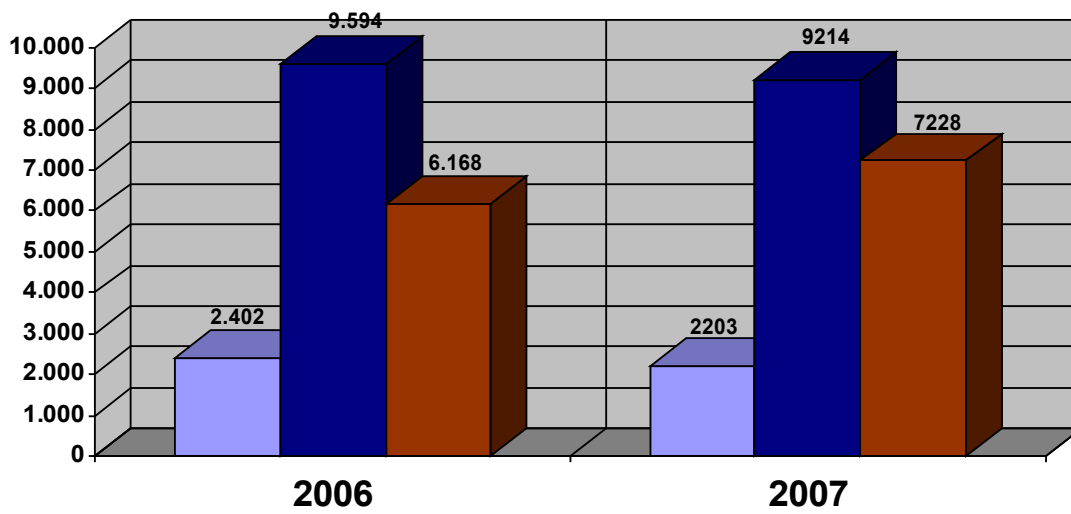
No Ministério Público do Estado de Minas Gerais, há 800 (oitocentos) cargos de servidores de carreira criados por lei (1.5) e a informação de nenhum cargo de servidor de carreira provido. Por sua vez, há 34 (trinta e quatro) cargos em comissão criados e 11 (onze) providos. Não informou, todavia, se há outros servidores que prestem serviço à Instituição (item 1.9). Informou a Administração que há 860 (oitocentos e sessenta) vagas de estagiários e providos 89 (oitenta e nove). Se somarmos, em novembro de 2006, no Ministério Público Mineiro tínhamos 34 (trinta e quatro) cargos em comissão e 89 (oitenta e nove) estagiários dando apoio aos Procuradores e Promotores de Justiça daquele Estado. Estes dados estão, certamente, incorretos, pois não retratam a grandeza do Ministério Público Mineiro.

Também, se formos analisar os dados do Ministério Público do Estado de Sergipe, veremos que há 95 (noventa e cinco) cargos de servidores de carreira criados e 72 (setenta e dois) providos. Há, no entanto, 177 (cento e setenta e sete) cargos para provimento em comissão criados e 167 (cento e sessenta e sete) providos. Há, ainda, 165 (cento e sessenta e cinco) cargos de servidores que não são do Ministério Público (exemplo: cedidos, adidos ou terceirizados) atuando na Instituição, além de 94 (noventa e quatro) cargos de estagiários providos das 124 (cento e vinte e quatro) vagas criadas.

Através de um simples exame, vemos que há uma inversão do acesso ao cargo público e da necessária priorização dos cargos de carreira, como determina o artigo 37 da Constituição Federal. Esta incorreção fica mais acentuada se formos ver que, no Estado de Sergipe, temos 14 (catorze) Procuradores de Justiça (item 1.2) e 116 (cento e dezesseis) Promotores de Justiça. São 130 (cento e trinta) membros do Ministério Público para 72 (setenta e dois) servidores de carreira providos. No entanto há 167 (cento e sessenta e sete) cargos em comissão e 94 (noventa e quatro) estagiários.

O exame dos itens 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10 e 1.11, estão retratados, com as limitações apontadas, nos gráficos abaixo.

**Total do nº de cargos e vagas criados e providos
Comparativo 2006/2007**



1.12 Número de Membros inativos

Quanto ao número total de membros do Ministério Públicos inativos, o Estado de Minas Gerais, Pernambuco e de Tocantins deixaram de informar, o que prejudica, parcialmente, a análise. Novamente, percebe-se o equívoco das informações mineiras, pois, por certo, há em Minas Gerais, um número significativo de membros do Ministério Público inativos. Importa, neste item é o número total, que a cada ano, será acrescido pelas aposentadorias que ocorrerem.

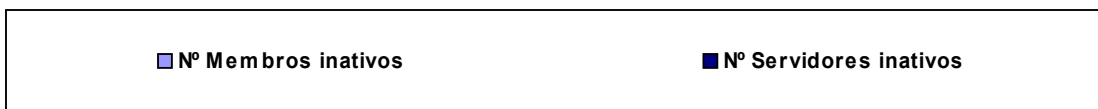
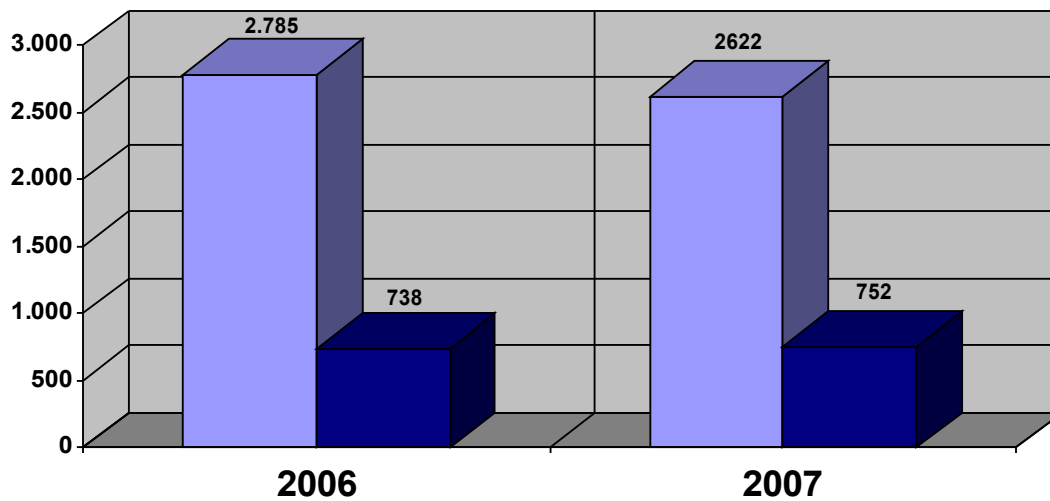
ESTADO	Nº de Membros inativos	
	2006	2007
Acre	22	20
Alagoas	72	68
Amapá	8	8
Amazonas	70	71
Bahia	124	118
Ceará	76	92
Distrito Federal	65	64
Espírito Santo	67	66
Goiás	149	147
Maranhão	88	86
Mato Grosso	53	53
Mato Grosso do Sul	79	80
Minas Gerais	3	0
Pará	59	59
Paraíba	2	2
Paraná	183	182
Pernambuco	151	0
Piauí	54	56
Rio de Janeiro	319	319
Rio Grande do Norte	69	66
Rio Grande do Sul	247	248
Rondônia	35	34
Roraima	4	4
Santa Catarina	127	126
São Paulo	631	624
Sergipe	28	29
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	2.785	2.622

1.13 Número de Servidores inativos

Na indagação sobre o número de servidores inativos, os Ministérios Públicos do Amapá, Pernambuco, Roraima e Tocantins não apresentaram os dados, o que prejudicou a análise. Talvez, o Ministério Público de Roraima e Tocantins, por terem sido criados pela Constituição Federal de 1988, ainda não tenham em seus quadros servidores inativos, fatos que deveriam ser esclarecidos em observação. As informações devem ser da totalidade e não, como se pressupõe, das aposentadorias ocorridas no ano.

ESTADO	Nº de Servidores inativos	
	2006	2007
Acre	3	3
Alagoas	8	8
Amapá	1	0
Amazonas	7	11
Bahia	32	29
Ceará	14	14
Distrito Federal	72	72
Espírito Santo	17	16
Goiás	35	34
Maranhão	22	22
Mato Grosso	18	18
Mato Grosso do Sul	9	9
Minas Gerais	1	6
Pará	18	21
Paraíba	1	1
Paraná	38	38
Pernambuco	13	0
Piauí	2	3
Rio de Janeiro	94	95
Rio Grande do Norte	7	7
Rio Grande do Sul	82	87
Rondônia	10	10
Roraima	0	0
Santa Catarina	30	31
São Paulo	183	193
Sergipe	21	24
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	738	752

**Total do nº de membros e servidores inativos
Comparativo 2006/2007**

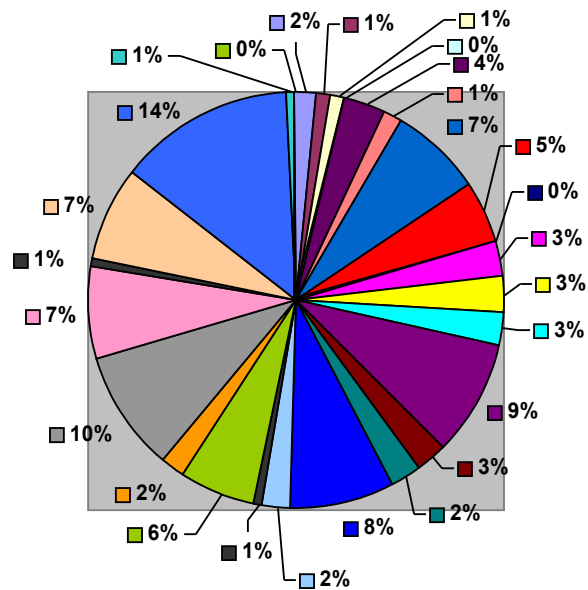


1.14 Área total ocupada pelo Ministério Público

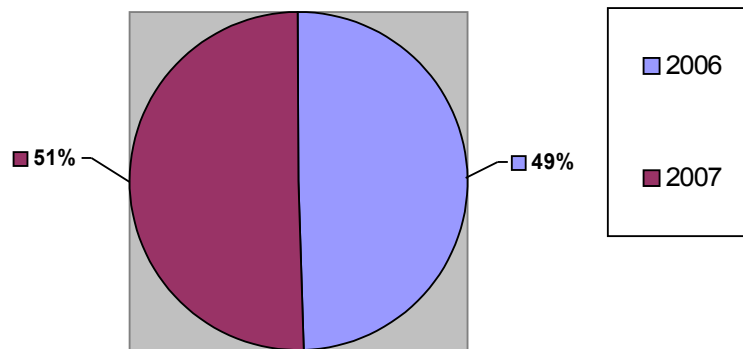
No quesito referente à área total ocupada pelo Ministério Público de cada Estado, não prestaram as informações relativas os Estado de Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o que prejudicou a correta análise, mas mesmo assim se pode observar o crescimento de algumas Instituições. Os Ministérios Públicos dos Estados acima referidos prestaram informações em 2006 e, se não houve o crescimento de área ocupada, os números deveriam ser repetidos.

ESTADO	Área total ocupada pelo Ministério Público	
	2006	2007
Acre	10.800	10.800
Alagoas	6.870	4.467
Amapá	7.313,40	7.313
Amazonas	0	4.321
Bahia	23.163	24.377
Ceará	8.314	9.250
Distrito Federal	47.473,21	50.852
Espírito Santo	31.000	28.160
Goiás	13,90	0
Maranhão	19.872,86	20.052
Mato Grosso	17.338,47	0
Mato Grosso do Sul	17.754,43	26.965
Minas Gerais	58.025,05	54.345
Pará	16.580,92	17.324
Paraíba	13.900,69	15.188
Paraná	54.495,92	55.247
Pernambuco	13.623,45	11.057
Piauí	4.000	4.000
Rio de Janeiro	39.506,63	0
Rio Grande do Norte	11.386	13.556
Rio Grande do Sul	63.910	100.239
Rondônia	46.324,06	54.855
Roraima	3.950	3.950
Santa Catarina	49.000	31.760
São Paulo	92.713,71	105.985
Sergipe	3.558,77	13.275
Tocantins	0	11.533
TOTAL NACIONAL	660.888	678.872

Área total ocupada pelos MPs



Área total ocupada pelos MPs Comparativo 2006/2007



1.15 Número de habitantes do Estado

Quanto à informação do número de habitantes de cada Estado da Federação, os Ministérios Públicos do Pará e de Pernambuco não inseriram os dados, o que prejudicou a análise.

ESTADO	Nº de habitantes do Estado	
	2006	2007
Acre	669.736	669.736
Alagoas	3.015.912	3.015.912
Amapá	594.587	615.715
Amazonas	2.812.557	3.232.330
Bahia	13.085.768	13.950.000
Ceará	8.217	8.183.880
Distrito Federal	2.333.108	2.405.903
Espírito Santo	3.408.365	3.351.327
Goiás	5.619.917	5.730.750
Maranhão	6.103.327	6.103.327
Mato Grosso	2.856.999	2.803.574
Mato Grosso do Sul	2.264.468	2.265.021
Minas Gerais	19.237.450	19.261.816
Pará	7.110.465	0
Paraíba	3.595.886	3.595.886
Paraná	0	10.387.378
Pernambuco	8.413.593	0
Piauí	3.006.885	3.006.885
Rio de Janeiro	15.383.407	15.420.450
Rio Grande do Norte	3.003.087	3.014.228
Rio Grande do Sul	10.845.087	10.867.102
Rondônia	1.534.594	1.562.417
Roraima	403.444	394.192
Santa Catarina	5.958.266	59.598.266
São Paulo	40.710.318	41.247.940
Sergipe	1.967.791	2.033.408
Tocantins	0	1.248.158
TOTAL NACIONAL	163.943.234	223.965.601

1.16 Número de Municípios do Estado

Quanto à apresentação do número de Municípios de cada Estado, deixou de prestar as informações o Ministério Público do Pará, prejudicando a análise. O Distrito Federal não possui Municípios, todavia o Estado do Pará possuía, em 2006, 143 Municípios, número que, se não houve acréscimo, deveria ser repetido.

ESTADO	N° de Municípios do Estado	
	2006	2007
Acre	22	22
Alagoas	102	102
Amapá	16	16
Amazonas	62	62
Bahia	417	417
Ceará	184	184
Distrito Federal		
Espírito Santo	78	78
Goiás	246	246
Maranhão	217	217
Mato Grosso	141	141
Mato Grosso do Sul	78	78
Minas Gerais	853	853
Pará	143	0
Paraíba	0	223
Paraná	399	399
Pernambuco	185	185
Piauí	223	223
Rio de Janeiro	92	92
Rio Grande do Norte	167	167
Rio Grande do Sul	496	496
Rondônia	52	52
Roraima	15	15
Santa Catarina	293	293
São Paulo	645	645
Sergipe	75	75
Tocantins	0	139
TOTAL NACIONAL	5.201	5.420

1.17 Número de Comarcas

No quesito referente ao número de comarcas existente em cada Estado Federado, o Ministério Público do Pará não informou, o que, também, prejudicou a melhor análise. Também neste item, o Distrito Federal não possui Comarcas, todavia o Estado do Pará possuía 106 Comarcas em 2006 e, se não houve acréscimo, o número deveria ser repetido.

ESTADO	Nº de Comarcas	
	2006	2007
Acre	22	22
Alagoas	63	60
Amapá	12	12
Amazonas	56	60
Bahia	276	277
Ceará	139	139
Distrito Federal		
Espírito Santo	69	69
Goiás	119	119
Maranhão	125	84
Mato Grosso	76	79
Mato Grosso do Sul	54	54
Minas Gerais	316	316
Pará	106	0
Paraíba	74	77
Paraná	144	144
Pernambuco	148	148
Piauí	96	96
Rio de Janeiro	81	83
Rio Grande do Norte	65	65
Rio Grande do Sul	165	165
Rondônia	22	22
Roraima	7	7
Santa Catarina	110	113
São Paulo	334	354
Sergipe	36	37
Tocantins	0	42
TOTAL NACIONAL	2.715	2.644

1.18 Número de Municípios com sedes próprias do Ministério Público

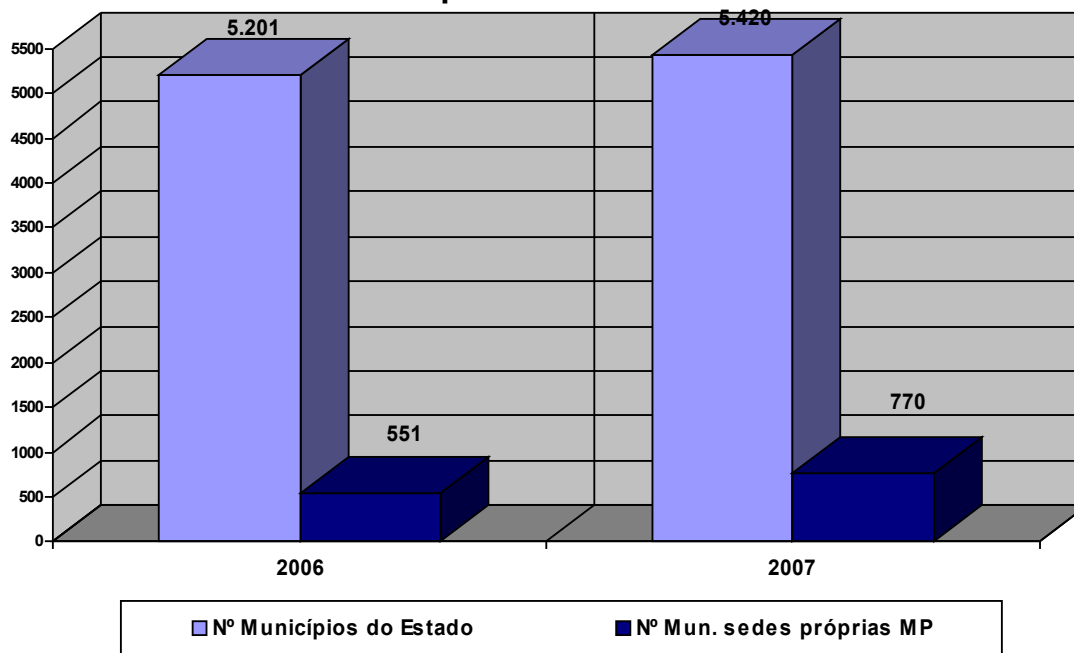
Com relação ao número de Município que possuem sedes próprias do Ministério Público, deixou de informar o número correspondente o Rio de Janeiro, prejudicando a análise. Como o Distrito Federal não possui Municípios, a informação deveria ser de quantas sedes próprias do Ministério Público há no próprio Distrito Federal. Todavia, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro informou, em 2006, que possuía 34 sedes, número que, se não houve acréscimo, deveria ser repetido.

ESTADO	Nº de Municípios com sedes próprias do Ministério Público	
	2006	2007
Acre	6	6
Alagoas	15	53
Amapá	9	9
Amazonas	8	21
Bahia	3	34
Ceará	41	41
Distrito Federal		
Espírito Santo	69	69
Goiás	16	27
Maranhão	36	78
Mato Grosso	24	32
Mato Grosso do Sul	16	23
Minas Gerais	2	9
Pará	6	6
Paraíba	42	42
Paraná	5	5
Pernambuco	17	27
Piauí	1	1
Rio de Janeiro	34	0
Rio Grande do Norte	37	47
Rio Grande do Sul	101	162
Rondônia	22	22
Roraima	7	7
Santa Catarina	1	1
São Paulo	28	28
Sergipe	5	5
Tocantins	0	15
TOTAL NACIONAL	551	770

Observação: Na análise dos itens 1.17 e 1.18, se pode observar que o número de Comarcas existentes em cada Estado Federado aumentou assim como, o número

de Municípios com sedes próprias do Ministério Público, o que é essencial ao exercício pleno de sua autonomia.

**Total do nº de municípios X Total do nº de municípios com sede própria do MP
Comparativo 2006/2007**



1.19 Remuneração média de Membros ativos

No item que buscou aferir a remuneração média dos membros do Ministério Público brasileiro em atividade, o Estado de Pernambuco deixou de informar, prejudicando uma análise mais abrangente. Por certo há, em algumas informações, equívocos, pois a remuneração média, em alguns Ministérios Públicos, ultrapassa o teto remuneratório, contrariando as Resoluções nº 9, 10 e 17.

ESTADO	Remuneração média de Membros ativos	
	2006	2007
Acre	18.109,56	18.109,56
Alagoas	17.833,83	18.299,44
Amapá	22.820,02	24.858,78
Amazonas	19.937,82	19.973,00
Bahia	18.834,62	21.372,30
Ceará	18.109,56	18.109,56
Distrito Federal	23.318,07	24.500,00
Espírito Santo	19.900,00	21.996,85
Goiás	20.829,36	20.837,00
Maranhão	18.850,52	20.055,91
Mato Grosso	18.741,50	18.400,35
Mato Grosso do Sul	20.656,58	20.390,27
Minas Gerais	20.679,49	20.595,60
Pará	19.001,22	19.609,18
Paraíba	15.027,47	15.027,47
Paraná	19.549,17	19.339,84
Pernambuco	18.729,54	0,00
Piauí	17.463,37	17.464,00
Rio de Janeiro	21.562,42	21.774,38
Rio Grande do Norte	18.669,96	18.736,40
Rio Grande do Sul	15.177,72	15.508,96
Rondônia	24.356,02	24.206,79
Roraima	19.603,41	19.910,53
Santa Catarina	18.888,91	18.819,00
São Paulo	19.569,00	19.748,00
Sergipe	19.262,63	20.402,25
Tocantins	0	20.615,52
MÉDIA NACIONAL	R\$ 19.441,61	R\$ 19.948,50

Observação: Observa-se que a remuneração média dos Membros do Ministério Públicos dos Estados em atividade está em patamar inferior ao teto remuneratório, estando entrem R\$ 15.500,00 e R\$ 24.800,00. É destacar, ainda, que há três

Estados que não possuem subsídio: Amapá, Rio Grande do Sul e São Paulo, fato necessário para que se tenha a noção real da realidade remuneratória no País. Devem, portanto, as Comissões e o próprio Conselho sugerir que se tenha, a nível nacional, a mesma política remuneratória.

1.20 Remuneração média de Membros inativos

Já, no item que busca a estimativa da remuneração média dos Membros do Ministério Público inativos, os Estados da Paraíba, Pernambuco e de Tocantins não informaram, o que prejudicou a análise. Todavia, no ano de 2006, o Ministério Público do Estado de Pernambuco informou ser a remuneração média dos membros inativos R\$18.346,19, que, em 2007, não poderia ser, em tese, inferior.

ESTADO	Remuneração média de Membros inativos	
	2006	2007
Acre	18.109,56	18.109,56
Alagoas	16.984,84	19.107,38
Amapá	30.291,20	30.291,20
Amazonas	14.357,71	19.010,00
Bahia	20.935,27	21.471,91
Ceará	20.779,12	20.779,12
Distrito Federal	23.341,71	24.500,00
Espírito Santo	21.229,00	21.755,22
Goiás	21.483,73	20.410,00
Maranhão	21.200,00	21.855,85
Mato Grosso	21.351,96	21.007,40
Mato Grosso do Sul	20.968,33	20.647,46
Minas Gerais	23.167,49	23.096,61
Pará	19.128,14	19.574,17
Paraíba	0	0,00
Paraná	20.801,28	20.665,23
Pernambuco	18.346,19	0,00
Piauí	19.158,01	19.158,01
Rio de Janeiro	26.071,75	25.941,61
Rio Grande do Norte	22.599,33	24.073,06
Rio Grande do Sul	20.591,70	20.813,01
Rondônia	21.491,93	21.504,01
Roraima	21.558,47	21.558,47
Santa Catarina	21.332,62	21.248,00
São Paulo	24.102,00	23.957,00
Sergipe	20.413,41	20.414,90
Tocantins	0	0,00
MÉDIA NACIONAL	R\$ 21.191,79	R\$ 21.706,22

1.21 Remuneração média de Servidores ativos

Com referência a indagação quanto à remuneração média dos servidores em atividade do *Parquet*, o Ministério Público do Estado de Pernambuco deixou de prestar a informação pertinente, o que prejudicou a análise, embora tenha feito esta informação no ano de 2006.

ESTADO	Remuneração média de Servidores ativos	
	2006	2007
Acre	2.313,31	2.313,31
Alagoas	1.776,19	1.612,99
Amapá	3.977,42	3.544,76
Amazonas	2.558,62	3.226,00
Bahia	1.803,59	2.441,84
Ceará	753,73	753,73
Distrito Federal	4.494,72	5.441,77
Espírito Santo	3.664,00	5.520,69
Goiás	1.956,44	1.970,00
Maranhão	1.849,14	2.090,29
Mato Grosso	1.848,78	2.148,22
Mato Grosso do Sul	3.289,68	3.268,51
Minas Gerais	3.832,46	4.058,24
Pará	3.160,77	3.498,03
Paraíba	854,72	854,72
Paraná	4.730,98	3.185,26
Pernambuco	4.061,62	0
Piauí	943,00	943,00
Rio de Janeiro	3.492,66	3.593,90
Rio Grande do Norte	2.745,08	2.745,93
Rio Grande do Sul	5.047,48	4.941,73
Rondônia	2.732,56	2.884,45
Roraima	2.171,27	2.535,23
Santa Catarina	3.505,46	3.646,00
São Paulo	3.341,00	3.213,00
Sergipe	2.809,90	2.712,66
Tocantins	0	2.387,14
MÉDIA NACIONAL	R\$ 2.835,18	R\$ 2.905,05

Observação: Como se pode observar, a remuneração média dos servidores em atividade, nos anos de 2006 e 2007, varia de R\$ 750,00 até R\$ 5.500,00. A preocupação, por certo, deve ser objeto da atenção especial do Conselho Nacional com relação aos Ministérios Públicos que privilegiam os servidores em cargos em comissão em detrimento de servidores de cargos em provimento efetivo.

1.22 Remuneração média de Servidores inativos

No item 1.22, a indagação feita diz respeito à remuneração média dos servidores inativos, sendo que os Ministérios Públicos dos Estados do Amapá, Paraíba, Pernambuco, Roraima e de Tocantins não responderam, prejudicando a análise. O Ministério Público do Estado de Pernambuco respondera em 2006, todavia não fez o registro neste ano.

ESTADO	Remuneração média de Servidores inativos	
	2006	2007
Acre	2.614,71	2.614,71
Alagoas	4.714,81	3.704,17
Amapá	0	0,00
Amazonas	2.462,82	5.038,00
Bahia	3.976,78	4.518,85
Ceará	1.931,85	1.931,85
Distrito Federal	8.362,38	9.795,09
Espírito Santo	3.340,20	8.497,60
Goiás	4.501,99	5.960,00
Maranhão	3.475,00	2.273,07
Mato Grosso	5.225,05	4.412,96
Mato Grosso do Sul	4.439,82	5.342,57
Minas Gerais	6.292,43	6.420,33
Pará	6.697,77	6.029,50
Paraíba	0	0,00
Paraná	5.099,12	5.080,61
Pernambuco	4.528,37	0,00
Piauí	443,00	443,00
Rio de Janeiro	10.014,12	9.941,79
Rio Grande do Norte	3.375,15	3.594,50
Rio Grande do Sul	8.548,35	8.529,43
Rondônia	3.305,70	3.377,96
Roraima	0	0,00
Santa Catarina	6.634,95	7.134,00
São Paulo	3.613,00	3.579,00
Sergipe	4.605,78	4.890,09
Tocantins	0	0,00
MÉDIA NACIONAL	R\$ 4.704,48	R\$ 5.141,32

Observação: Os Estados de Amapá, Roraima e do Tocantins foram criados pela Constituição de 1988 e, talvez, pela falta de informação, não tenham, ainda,

servidores inativos. Todavia os Estados Pernambuco e Paraíba, pelas informações (item. 1.13), possuem servidores inativos, mas não declinaram o valor da aposentadoria. O Ministério Público do Estado do Amapá informou (item 1.13) que, em 2006, havia um servidor aposentado e, neste ano, não respondeu. Se tinha um em 2006, por certo continua com um em 2007, a não ser que o servidor tenha falecido.

O gráfico abaixo procurou retratar os dados dos itens 1.19, 1.20, 1.21 e 1.22.

1.23 Renda *per capita* de membros e servidores ativos do Ministério Público

Buscando avaliar a renda *per capita* dos membros e servidores ativos dos Ministério Público brasileiro no item 23, não foi possível a integridade do desiderato, porque não prestou a informação o Ministério Público do Estado de Pernambuco, o que prejudicou a análise, embora tenha respondido a esta consulta no ano de 2006.

ESTADO	Renda per capita de membros e servidores ativos do Ministério Público	
	2006	2007
Acre	7.412,98	7.412,98
Alagoas	9.053,78	12.016,69
Amapá	8.289,98	8.186,14
Amazonas	0	10.790,00
Bahia	7.590,83	9.264,13
Ceará	9.534,27	10.176,44
Distrito Federal	9.252,85	10.220,30
Espírito Santo	15.175,99	16.991,90
Goiás	7.588,01	7.461,00
Maranhão	6.918,71	6.796,00
Mato Grosso	6.612,22	20.548,57
Mato Grosso do Sul	8.416,07	8.630,48
Minas Gerais	10.020,45	10.123,77
Pará	7.140,66	7.362,73
Paraíba	4.672,63	4.672,63
Paraná	12.527,80	11.486,46
Pernambuco	12.331,08	0
Piauí	8.787,67	8,78
Rio de Janeiro	10.640,77	10.324,31
Rio Grande do Norte	9.214,18	9.163,50
Rio Grande do Sul	7.867,02	92.816,95
Rondônia	6.153,59	6.327,01
Roraima	4.859,81	5.519,45
Santa Catarina	0	13.275,00
São Paulo	10.263,00	9.965,00
Sergipe	6.979,21	11.557,45
Tocantins	0	7.417,38
MÉDIA NACIONAL	R\$ 8.637,65	R\$ 12.635,19

1.24 Renda *per capita* de membros e servidores inativos do Ministério Público

Na averiguação da renda *per capita* de membros e servidores inativos dos Ministérios Públicos, deixaram de informar ao quesito os Ministérios Públicos dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Tocantins, o que prejudicou a análise.

ESTADO	Renda per capita de membros e servidores inativos do Ministério Público	
	2006	2007
Acre	26.212,43	26.212,43
Alagoas	15.757,83	17.485,99
Amapá	30.291,20	30.291,20
Amazonas	0	20.794,00
Bahia	16.758,60	18.127,43
Ceará	18.026,15	19.174,96
Distrito Federal	15.469,36	16.715,05
Espírito Santo	17.635,22	19.168,37
Goiás	18.345,79	18.772,00
Maranhão	17.493,95	17.866,76
Mato Grosso	17.794,56	25.420,36
Mato Grosso do Sul	19.492,45	21.193,86
Minas Gerais	18.615,15	7.772,08
Pará	16.222,19	16.018,69
Paraíba	0	0
Paraná	18.101,36	17.973,34
Pernambuco	17.250,87	0
Piauí	19.728,40	19,72
Rio de Janeiro	22.416,99	22.283,61
Rio Grande do Norte	20.780,82	21.859,15
Rio Grande do Sul	17.590,02	212.682,53
Rondônia	17.450,54	17.497,83
Roraima	21.558,47	21.558,47
Santa Catarina	0	18.460,00
São Paulo	16.022,00	19.106,00
Sergipe	13.638,71	12.652,49
Tocantins	0	0
MÉDIA NACIONAL	R\$ 18.812,18	R\$ 26.629,43

1.25 Renda *per capita* do Estado

Por ser a renda *per capita* um importante indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de cada Estado, o item 25 não atingiu seu desiderato porque os Ministérios Públicos dos Estados do Amapá, Pará, Paraíba, Paraná e Rondônia não informaram, o que acabou prejudicando análise.

Importante destacar que este item pode ser obtido nos sites, IBGE, Governo do Estado ou Tribunal de Contas.

ESTADO	Renda per capita do Estado	
	2006	2007
Acre	5.143,00	6.692,00
Alagoas	0	3.831,00
Amapá	6.796,00	0
Amazonas	0	10.320,00
Bahia	504,00	7.392,10
Ceará	4.689,86	5.085,24
Distrito Federal	831,68	1.410,00
Espírito Santo	8.792	10.290,85
Goiás	0	7.501,00
Maranhão	2.748,06	2.748,06
Mato Grosso	10,16	13.365,00
Mato Grosso do Sul	8.944,95	9.557,11
Minas Gerais	827,81	846,00
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	0	0
Pernambuco	5.730,00	4.482,00
Piauí	2.505,40	2.500,00
Rio de Janeiro	14.639,00	19.660,42
Rio Grande do Norte	4.560,48	5.276,97
Rio Grande do Sul	14.080,00	14.227,00
Rondônia	5.832,00	0
Roraima	4.589,00	8.122,85
Santa Catarina	0	12.159,00
São Paulo	13.816,12	17.977,00
Sergipe	347,00	347,00
Tocantins	0	6.957,00
MÉDIA NACIONAL	R\$ 5.546,66	R\$ 7.647,73

ANEXO II EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

Neste Anexo, que trata da **Execução Orçamentária**, pretendeu o Conselho Nacional do Ministério Público, com a Resolução nº 12, conhecer o processo de elaboração e execução do orçamento de cada Estado e de cada Ministério Público brasileiro, o que possibilita, com a visualização, se ter um cenário realista e de abrangência nacional do *Parquet*. Porém, a pretensão restou, parcialmente, prejudicada pelo não preenchimento completo dos campos pertinentes.

Se observa, nas planilhas abaixo, que os Ministérios Públicos dos Estados do **Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins** deixaram de prestar algumas das informações pertinentes ou as prestaram de forma imprecisas, o que prejudicou, em parte, a análise.

Cabe salientar que somente os Ministérios Públicos dos Estados **do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina** lançaram completamente os dados pertinentes a execução orçamentária referente ao ano de 2007.

2.1 PIB do Estado

ESTADO	PIB do Estado	
	2006	2007
Acre	3.242.000,00	4.482.000.000,00
Alagoas	0	11.556.013.000,00
Amapá	0	0
Amazonas	47.023.470.000,00	33.359.000.000,00
Bahia	103.120.400,00	112.124.861.000,00
Ceará	38,53	41.617.000.000,00
Distrito Federal	49.307,00	0
Espírito Santo	28.980.000.000,00	34.488.000.000,00
Goiás	41.316.000.000,00	49.756.000.000,00
Maranhão	16.547.000.000,00	27.000.000.000,00
Mato Grosso	27.935.498,00	34.470.000.000,00
Mato Grosso do Sul	19.957.000.000,00	19.953.528.615,00
Minas Gerais	191.100.000.000,00	191.100.000.000,00
Pará	37.737.000.000,00	0
Paraíba	0	0
Paraná	04 %	4 %
Pernambuco	47.697.000.000,00	49.904.000.000,00
Piauí	7.325.106.000,00	8,61
Rio de Janeiro	284.940.780.140,00	305.804.852,03
Rio Grande do Norte	13.695.517.000,00	15.906.000.000,00
Rio Grande do Sul	152.700.000.000,00	156.000.000.000,00
Rondônia	8.491.977.000,00	12.902,00
Roraima	4.589,00	3.178,61
Santa Catarina	83.963.000.000,00	83.983,00
São Paulo	562.458.603.000,00	727.052.823.526,00
Sergipe	12.572.000.000,00	13.121.000.000,00
Tocantins	0	9,08
TOTAL NACIONAL	1.556.638.804.976,53	1.522.196.131.078,33

Observação: Este item 2.1 é de fácil preenchimento, basta buscar a informação no site de cada Estado, porém alguns Ministérios Públicos não apresentaram os dados ou apresentaram de forma incompleta. Também, é possível se interpretar que o PIB dos Estados do Piauí e de Tocantins, respectivamente, poderia ser R\$8.610.000.000,00 e R\$9.080.000.000,00. No que refere aos Estados de Rondônia, Roraima e Santa Catarina, poder-se-ia interpretar que, respectivamente, o valor seria de R\$12.902.000.000,00, R\$3.178.610.000,00 e R\$83.983.000.000,00.

Aliás, no ano de 2006, os Ministérios Públicos dos Estados do Piauí, Rondônia e Santa Catarina responderam corretamente.

2.2 Orçamento do Estado

ESTADO	Orçamento do Estado	
	2006	2007
Acre	2.264.258.168,14	2.058.870.669,00
Alagoas	3.796.437.509,00	0
Amapá	0	0
Amazonas	5.366.749.000,00	6.104.448.000,00
Bahia	9.905.900.937,00	10.239.864.349,00
Ceará	9.230.442.562,00	9.816.447.596,45
Distrito Federal	9.279.748,24	9.884.646.400,00
Espírito Santo	8.822.065.120,00	10.020.263.650,00
Goiás	9.185.428.000,00	10.383.433.000,00
Maranhão	4.622.471.321,00	5.414.799.593,00
Mato Grosso	5.742.308.779,00	6.045.445.855,00
Mato Grosso do Sul	5.200.010.810,81	6.033.396.410,35
Minas Gerais	25.513.724.170,00	30.553.704.363,00
Pará	5.601.257.203,00	7.452.901.130,00
Paraíba	4.435.296.038,40	4.797.133.000,00
Paraná	16.948.517.779,00	17.929.136.997,00
Pernambuco	10.651.061.000,00	12.594.233.700,00
Piauí	2.497.940.688,00	2.883.730.836,00
Rio de Janeiro	34.989.526.767,00	33.024.943.623,00
Rio Grande do Norte	4.389.232.000,00	5.613.905.000,00
Rio Grande do Sul	17.277.776.891,00	20.678.084.920,50
Rondônia	2.894.064.257,00	3.146.584.983,00
Roraima	1.048.485.776,00	1.147.711.000,00
Santa Catarina	6.866.660.344,00	10.027.276.941,00
São Paulo	81.536.487.707,00	92.393.000.754,00
Sergipe	3.252.701.130,00	3.895.654.750,00
Tocantins	0	3.754.046,19
TOTAL NACIONAL	282.048.083.705,59	322.143.371.566,49

Observação: Como no item 2.1, estes dados estão presente no **site** do Estado e poderão ser acessados no **site** do Tribunal de Contas do Estado. Deixaram de apresentar as informações os Ministério Público de Alagoas e do Amapá, o que é lamentável, pois são dados do conhecimento de cada Ministério Público e públicos em cada Estado. Também, deve ser ressaltada que o Estado de Alagoas, no ano de 2006, respondeu a este item. Possivelmente o orçamento do Estado do Tocantins seja de R\$3.754.046.190,00 e não como constou.

2.3 Despesa executada pelo Estado

ESTADO	Despesa executada pelo Estado	
	2006	2007
Acre	2.133.783,51	1.724.738.399,81
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	5.748.211,70	5.169.173.406,00
Bahia	9.207.504,49	7.472.441.210,00
Ceará	6.953.272,25	6.032.873.061,81
Distrito Federal	6.663.113,49	6.297.351.700,00
Espírito Santo	4.696.390,88	5.107.939.175,58
Goiás	5.992.034,29	0
Maranhão	4.823.412,00	3.346.693.953,00
Mato Grosso	5.702.315,06	0
Mato Grosso do Sul	3.587.337,61	3.133.988.112,77
Minas Gerais	21.956.806,26	19.227.218.560,67
Pará	5.693.783,25	0
Paraíba	3.015.490,00	3.397.330.000,00
Paraná	14.979.764,48	12.796.169.368,00
Pernambuco	7.086.378,00	8.385.846,00
Piauí	2.589.528,88	0
Rio de Janeiro	27.279.413,00	29.674.298.493,00
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	15.914.649,11	19.258.297.271,72
Rondônia	2.183.532,45	2.536.167.633,00
Roraima	1.036.879,86	1.237.645.975,00
Santa Catarina	3.337.588,05	8.358.924.173,00
São Paulo	64.198.530,97	68.802.808.835,83
Sergipe	2.784.229,68	3.628.321.970,42
Tocantins	0	2.487.081.675,26
TOTAL NACIONAL	R\$ 227.563.949,27	209.697.848.820,87

Observação: Este dado, embora a resposta de cada Ministério Público, também é de fácil pesquisa, embora não tenha encerrado o ano. Todavia, esta informação pode ser obtida nas Secretarias da Fazenda de cada Estado ou nos Tribunais de Contas.

2.4 Orçamento do Ministério Público

ESTADO	Orçamento do Ministério Público	
	2006	2007
Acre	22.314.807,00	26.734.400,00
Alagoas	61.023.700,00	70.968.795,00
Amapá	52.882.852,00	46.293.189,00
Amazonas	86.713.000,00	93.968.753,00
Bahia	255.058.834,00	236.150.693,00
Ceará	105.752.369,00	116.093.287,00
Distrito Federal	271.077.540,00	324.710.400,00
Espírito Santo	128.942.120,00	191.217.000,00
Goiás	165.980.000,00	188.603.000,00
Maranhão	80.114.678,00	118.872.191,00
Mato Grosso	113.618.810,00	120.334.350,00
Mato Grosso do Sul	100.715.000,00	113.893.616,48
Minas Gerais	578.231.924,00	519.411.954,00
Pará	115.320.655,00	169.706.830,00
Paraíba	85.566.863,07	110.550.000,00
Paraná	264.122.876,00	274.032.810,00
Pernambuco	162.832.220,00	182.404.264,00
Piauí	43.244.517,00	57.400,00
Rio de Janeiro	470.133.000,00	532.124.420,00
Rio Grande do Norte	60.277.689,75	80.689.000,00
Rio Grande do Sul	439.065.962,00	510.611.195,00
Rondônia	91.945.000,00	95.600.000,00
Roraima	24.167.275,00	26.454.406,00
Santa Catarina	173.176.090,00	200.825.611,00
São Paulo	981.233.110,00	1.074.902.806,00
Sergipe	65.000.000,00	75.816.175,17
Tocantins	0	55.598.308,00
TOTAL NACIONAL	R\$ 4.998.510.891,82	R\$ 5.556.624.853,65

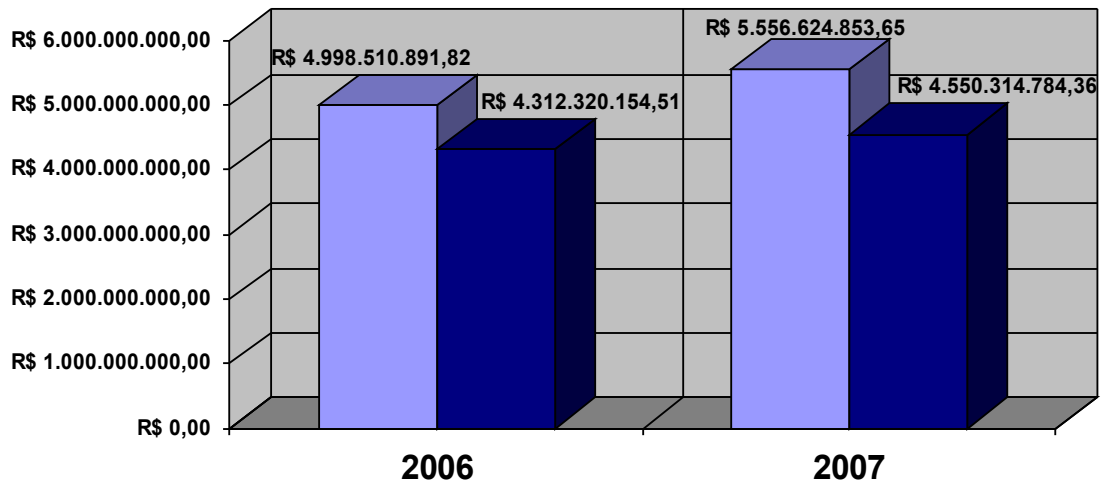
Observação: Os dados referentes ao Ministério Público do Estado do Piauí devem, possivelmente, serem lidos como R\$57.400.000,00.

2.5 Despesa total executada pelo Ministério Público

ESTADO	Despesa total executada pelo Ministério Público	
	2006	2007
Acre	35.991.005,52	29.075.914,19
Alagoas	58.242.380,44	61.015.040,48
Amapá	52.587.924,00	43.128.194,00
Amazonas	86.532.561,64	80.543.058,00
Bahia	252.439.152,00	196.707.559,00
Ceará	79.222.750,00	84.699.103,75
Distrito Federal	225.047.890,00	252.921.100,00
Espírito Santo	86.621.717,78	133.641.538,53
Goiás	163.272.455,65	148.464.215,00
Maranhão	80.579.486,58	73.515.884,17
Mato Grosso	110.288.710,09	128.890.594,94
Mato Grosso do Sul	83.107.533,75	65.959.018,16
Minas Gerais	460.974.082,73	465.616.509,13
Pará	117.147.417,00	0
Paraíba	52.013.940,44	84.554.018,99
Paraná	259.981.159,00	274.032.810,00
Pernambuco	137.778.077,27	140.430.359,06
Piauí	37.790.101,00	45.538.326,00
Rio de Janeiro	285.513.236,96	424.693.370,18
Rio Grande do Norte	54.892.006,31	64.253.388,80
Rio Grande do Sul	446.723.358,93	496.166.742,69
Rondônia	69.994.733,00	77.031.541,00
Roraima	19.524.000,00	14.420.029,00
Santa Catarina	144.888.253,66	201.127.237,00
São Paulo	849.091.577,00	843.684.753,26
Sergipe	62.074.643,76	69.202.956,35
Tocantins	0	51.001.522,68
TOTAL NACIONAL	R\$ 4.312.320.154,51	R\$ 4.550.314.784,36

Observação: O Ministério Público do Estado do Pará deixou de informar a execução orçamentária efetiva até a data da prestação dos dados ou a projetada até o final do ano. Este dado é de extrema importância para análise do Conselho Nacional, pois refere a efetiva execução de recursos disponíveis no orçamento anual de cada Ministério Público.

**Total de Orçamento do MP X Despesa do MP
Comparativo 2006/2007**



2.6 Despesa de custeio executado pelo Ministério Público

ESTADO	Despesa de custeio executado pelo Ministério Público	
	2006	2007
Acre	32.643.446,24	2.217.272,27
Alagoas	2.197.431,34	2.111.058,81
Amapá	51.126.812,00	42.646.341,00
Amazonas	82.819.463,58	9.286.600,00
Bahia	15.461.331,00	13.322.714,00
Ceará	5.100.566,00	5.782.201,80
Distrito Federal	22.129.780,00	23.798.100,00
Espírito Santo	12.931.196,68	17.063.163,54
Goiás	612.595.320,00	6.839.004,00
Maranhão	4.104.712,62	4.060.530,62
Mato Grosso	10.778.006,51	11.006.147,42
Mato Grosso do Sul	82.195.617,59	16.973.709,43
Minas Gerais	28.115.562,17	33.607.961,47
Pará	9.867.063,00	0
Paraíba	1.978.579,62	2.799.392,46
Paraná	11.203.995,00	13.235.000,00
Pernambuco	10.480.937,54	10.112.662,55
Piauí	1.828.037,59	1.340.778,54
Rio de Janeiro	31.160.417,69	70.182.325,31
Rio Grande do Norte	2.838.326,00	3.796.467,27
Rio Grande do Sul	34.760.714,40	41.229.412,29
Rondônia	11.704.536,00	13.735.457,00
Roraima	18.865.000,00	1.880.706,00
Santa Catarina	47.272.353,58	201.014.618,00
São Paulo	48.418.941,00	52.208.760,78
Sergipe	4.343.273,61	3.217.494,66
Tocantins	0	8.940.895,43
TOTAL NACIONAL	R\$ 1.196.921.420,76	R\$ 612.408.774,65

Observação: Também, neste item, o Ministério Público deixou de prestar as informações necessárias quando às despesas de custeio até a data de 30 de novembro ou a projetada até 31 de dezembro de 2007. Estes dados são muito importantes para que se tenha a visão do custo da Instituição em cada Estado brasileiro.

2.7 Despesa de capital executada pelo Ministério Público

ESTADO	Despesa de capital executada pelo Ministério Público	
	2006	2007
Acre	576.110,59	741.299,55
Alagoas	279.564,37	388.554,40
Amapá	1.461.112,00	481.853,00
Amazonas	3.713.098,06	228.484,00
Bahia	1.148.668,00	1.062.435,00
Ceará	564.210,00	684.240,07
Distrito Federal	3.512.110,00	6.343.200,00
Espírito Santo	2.371.119,08	1.262.018,45
Goiás	37.352.261,00	1.620.662,00
Maranhão	88.512,90	714.109,99
Mato Grosso	14.103.982,96	14.522.654,46
Mato Grosso do Sul	911.916,16	202.192,33
Minas Gerais	2.631.662,88	4.384.880,38
Pará	3.556.713,00	0
Paraíba	245.383,73	1.418.255,06
Paraná	25.812,00	0
Pernambuco	2.436.760,27	434.610,83
Piauí	990.411,00	243.987,06
Rio de Janeiro	550.726,44	46.166.877,94
Rio Grande do Norte	49.518.053,97	1.920.300,99
Rio Grande do Sul	38.765.348,89	11.353.977,58
Rondônia	1.320.219,00	1.610.896,00
Roraima	659.000,00	107.425,00
Santa Catarina	2.528.120,41	112.620,00
São Paulo	1.508.913,00	508.249,29
Sergipe	443.655,56	1.659.863,37
Tocantins	0	298.717,24
TOTAL NACIONAL	R\$ 171.263.445,27	R\$ 98.472.363,99

Observação: Neste item, deixaram de prestar informações os Ministérios Públicos dos Estados do Pará e do Paraná, embora tivesse prestado em 2006. Importante o conhecimento das despesas executadas como de capital, no orçamento de cada Ministério Público, para que se tenha a noção do que é gasto com despesas correntes, de obras e de investimentos. Também, observa-se que em alguns Estados estas despesas aumentaram com relação ao ano de 2006 e, em outros, que as despesas diminuíram.

2.8 Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público

ESTADO	Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público	
	2006	2007
Acre	32.870.866,83	26.117.342,37
Alagoas	55.765.384,73	57.683.358,21
Amapá	44.574.323,00	37.632.539,00
Amazonas	73.533.312,30	71.027.974,00
Bahia	235.829.155,00	182.322.409,00
Ceará	73.557.973,00	78.232.661,88
Distrito Federal	199.405.990,00	222.779.700,00
Espírito Santo	72.019.402,02	115.316.356,54
Goiás	156.772.979,84	140.004.548,00
Maranhão	76.386.261,06	61.067.388,11
Mato Grosso	85.406.720,62	103.361.793,06
Mato Grosso do Sul	54.433.249,03	11.918.325,25
Minas Gerais	430.226.857,68	426.321.500,91
Pará	103.723.639,00	0
Paraíba	49.789.977,09	76.249.000,00
Paraná	248.751.352,00	260.797.810,00
Pernambuco	124.860.379,46	129.883.085,68
Piauí	34.971.652,70	43.953.560,40
Rio de Janeiro	245.802.092,83	313.574.836,07
Rio Grande do Norte	2.535.626,34	58.536.620,54
Rio Grande do Sul	373.197.295,64	443.583.352,82
Rondônia	56.970.078,00	61.685.187,00
Roraima	15.940.000,00	12.431.898,00
Santa Catarina	95.087.779,83	178.293.658,00
São Paulo	799.163.723,00	790.967.743,19
Sergipe	57.287.714,59	64.325.598,32
Tocantins	0	41.761.910,01
TOTAL NACIONAL	R\$ 3.798.863.785,59	R\$ 4.009.830.156,36

Observação: Mais uma vez, apenas o Ministério Público do Estado do Pará deixou de prestar informações sobre despesas de pessoal executada até a data da entrada no sistema ou a projetada até o final deste ano. É de extrema importância para este Conselho Nacional o conhecimento das despesas executadas para pessoal em cada Ministério Público dos Estados brasileiros.

2.9 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestral

ESTADO	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestral	
	2006	2007
Acre	1,68%	1,49%
Alagoas	1,33%	1,49%
Amapá	2,44%	2,26%
Amazonas	1,30%	1,19%
Bahia	1,70%	1,84%
Ceará	1,82%	1,95%
Distrito Federal	0,059%	0,06%
Espírito Santo	1,38%	1,66%
Goiás	1,66%	1,76%
Maranhão	1,73%	1,77%
Mato Grosso	1,95%	1,95%
Mato Grosso do Sul	1,79%	1,70%
Minas Gerais	1,71%	1,95%
Pará	1,57%	1,67%
Paraíba	1,81%	2,03%
Paraná	1,58%	1,65%
Pernambuco	1,75%	1,90%
Piauí	1,78%	1,90%
Rio de Janeiro	1,42%	1,30%
Rio Grande do Norte	1,79%	1,92%
Rio Grande do Sul	1,89%	1,89%
Rondônia	1,66%	1,96%
Roraima	1,65%	1,45%
Santa Catarina	1,76%	1,82%
São Paulo	1,46%	1,49%
Sergipe	1,66%	1,81%
Tocantins	0	1,75%
MÉDIA NACIONAL	1,69%	1,69%

Observação: Estes dados mostram as graves dificuldades que passam os Ministérios Públicos dos Estados brasileiros com relação ao comprometimento da Lei de Responsabilidade Pessoal. Observa-se que no primeiro quadrimestre muitos dos Ministérios Públicos estão acima do percentual ou, no mínimo, no limite de alerta ou prudencial.

2.10 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL – 2º quadrimestral

ESTADO	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL – 2º quadrimestral	
	2006	2007
Acre	1,67%	1,51%
Alagoas	1,50%	1,46%
Amapá	2,34%	2,12%
Amazonas	1,36%	1,15%
Bahia	1,72%	1,85%
Ceará	1,89%	1,88%
Distrito Federal	0,05%	0,06%
Espírito Santo	1,47%	1,71%
Goiás	1,84%	1,69%
Maranhão	1,68%	1,83%
Mato Grosso	1,80%	1,80%
Mato Grosso do Sul	1,80%	1,66%
Minas Gerais	1,86%	1,92%
Pará	1,50%	1,60%
Paraíba	1,89%	2,31%
Paraná	1,80%	1,56%
Pernambuco	1,85%	2,00%
Piauí	1,93%	1,93%
Rio de Janeiro	1,47%	1,30%
Rio Grande do Norte	1,84%	1,77%
Rio Grande do Sul	1,84%	1,86%
Rondônia	1,84%	1,87%
Roraima	1,69%	1,52%
Santa Catarina	1,84%	1,78%
São Paulo	1,48%	1,47%
Sergipe	1,83%	1,68%
Tocantins	0	1,66%
MÉDIA NACIONAL	1,75%	1,66%

Observação: Também, no segundo quadrimestre, há comprometimento do percentual em alguns Ministérios Públicos dos Estados brasileiros.

2.11 Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestral

ESTADO	Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestral	
	2006	2007
Acre	1,75%	0
Alagoas	1,46%	0
Amapá	2,37%	0
Amazonas	1,32%	0
Bahia	1,78%	0
Ceará	1,97%	0
Distrito Federal	0,059%	0,06%
Espírito Santo	0	0
Goiás	0	0
Maranhão	1,75%	0
Mato Grosso	1,83%	1,83%
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	1,75%	0
Pará	1,43%	0
Paraíba	0	2,22%
Paraná	1,72%	1,61%
Pernambuco	0	0
Piauí	1,84%	0
Rio de Janeiro	1,32%	1,32%
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	1,81%	1,88%
Rondônia	0	0
Roraima	0	0
Santa Catarina	0	1,84%
São Paulo	0	0
Sergipe	0	0
Tocantins	0	0
MÉDIA NACIONAL	1,73%	1,54%

Observação: Estas informações estão comprometidas. Embora alguns Ministérios Públicos tenham respondido, o fizeram com projeções, pois o terceiro quadrimestre encerra no dia 31 de dezembro de 2007. Assim, esta informação deve ser objeto de estudos pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo que projeta adequações e modificações na Resolução nº 12.

ANEXO III ATUAÇÃO FUNCIONAL

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

Quanto à análise da matéria referente a atuação funcional, determina o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público a competência às Comissões de Preservação da Autonomia do Ministério Público e de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo para procederem a avaliação dos dados apresentados pelos ramos do *Parquet*.

3.1 N° total de processos cíveis que deram entrada em 2° grau

ESTADO	N° total de processos cíveis que deram entrada em 2° grau	
	2006	2007
Acre	812	818
Alagoas	905	905
Amapá	812	818
Amazonas	2.090	1.511
Bahia	3.492	4.322
Ceará	3.933	5.306
Distrito Federal	4.597	4.897
Espírito Santo	1.860	4.726
Goiás	5.578	6.885
Maranhão	3.163	3.098
Mato Grosso	7.878	6.409
Mato Grosso do Sul	4.794	6.093
Minas Gerais	36.996	29.059
Pará	1.542	1.032
Paraíba	7.742	8.945
Paraná	17.273	20.874
Pernambuco	0	0
Piauí	0	1.550
Rio de Janeiro	28.705	32.884
Rio Grande do Norte	5.047	6.033
Rio Grande do Sul	59.700	72.454
Rondônia	4.193	3.353
Roraima	78	400

ESTADO	Nº total de processos cíveis que deram entrada em 2º grau	
	2006	2007
Santa Catarina	13.146	13.728
São Paulo	240.892	53.547
Sergipe	4.519	5.985
Tocantins	308	619
TOTAL NACIONAL	460.055	296.251

Observação: Lamentavelmente, não prestou as informações o Ministério Público do Estado de Pernambuco, o que prejudica o exame do movimento processual cível em todo o Ministério Público brasileiro. Também, deve ser ressaltada a diminuição do número de processos cíveis que deram entrada no 2º grau do Ministério Público brasileiro.

3.2 Nº total de processos cíveis que deram saída em 2º grau

ESTADO	Nº total de processos cíveis que deram saída em 2º grau	
	2006	2007
Acre	738	763
Alagoas	905	905
Amapá	805	809
Amazonas	2.052	1.732
Bahia	3.265	4.246
Ceará	4.898	4.597
Distrito Federal	4.476	4.912
Espírito Santo	1.860	4.726
Goiás	5.622	6.742
Maranhão	2.920	2.918
Mato Grosso	9.348	7.909
Mato Grosso do Sul	4.757	5.214
Minas Gerais	37.820	22.028
Pará	1.126	756
Paraíba	7.660	8.945
Paraná	16.485	16.409
Pernambuco	0	0
Piauí	0	1.619
Rio de Janeiro	27.546	32.206
Rio Grande do Norte	4.715	5.589
Rio Grande do Sul	58.933	71.850
Rondônia	4.221	3.768

ESTADO	Nº total de processos cíveis que deram saída em 2º grau	
	2006	2007
Roraima	300	371
Santa Catarina	13.193	13.321
São Paulo	294.159	53.503
Sergipe	4.458	5.851
Tocantins	484	638
TOTAL NACIONAL	512.746	282.327

Observação: Também, neste item, faltou a informação do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Deve ser ressaltado que, embora tenham entrado menos processos no 2º grau, também foram devolvidos, com parecer, menos processos do que entraram, o que significa acúmulo na atividade cível perante os Tribunais de Justiça.

3.3 Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área cível

ESTADO	Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área cível	
	2006	2007
Acre	90	25
Alagoas	90	90
Amapá	8	9
Amazonas	16	158
Bahia	18	25
Ceará	30	30
Distrito Federal	21	22,67
Espírito Santo	20	47
Goiás	30	39,8
Maranhão	15	21,51
Mato Grosso	61	42
Mato Grosso do Sul	46	46
Minas Gerais	88	37,4
Pará	103	11,46
Paraíba	78	114
Paraná	384	44
Pernambuco	0	0
Piauí	0	6,74
Rio de Janeiro	38,70	33,55
Rio Grande do Norte	23	30,46
Rio Grande do Sul	104	105
Rondônia	209	224

ESTADO	Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área cível	
	2006	2007
Roraima	20	30
Santa Catarina	77	624
São Paulo	69	70,46
Sergipe	32	35,62
Tocantins	2,86	6,19
MÉDIA NACIONAL	66,94	74

Observação: Este dado reflete, embora a falta de informação pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, que, em alguns Ministérios Públicos, o movimento processual é grande, enquanto, em outros, é muito reduzido. Ademais, também reflete o aumento significativo em alguns Ministérios Públicos.

3.4 N° total de processos criminais que deram entrada em 2° grau

ESTADO	N° total de processos criminais que deram entrada em 2° grau	
	2006	2007
Acre	1.732	3.348
Alagoas	710	710
Amapá	1.199	1.392
Amazonas	2.775	947
Bahia	5.439	7.358
Ceará	3.219	3.754
Distrito Federal	8.730	7.473
Espírito Santo	2.385	6.101
Goiás	2.433	4.664
Maranhão	2.378	1.588
Mato Grosso	7.304	7.254
Mato Grosso do Sul	10.818	10.794
Minas Gerais	41.153	29.626
Pará	1.895	1.025
Paraíba	1.925	2.249
Paraná	10.487	12.248
Pernambuco	0	0
Piauí	0	1.256
Rio de Janeiro	16.298	21.453
Rio Grande do Norte	2.023	2.037
Rio Grande do Sul	28.674	32.277
Rondônia	3.648	4.902

ESTADO	N° total de processos criminais que deram entrada em 2° grau	
	2006	2007
Roraima	173	350
Santa Catarina	6.936	7.688
São Paulo	122.953	108.316
Sergipe	1.055	1.677
Tocantins	659	864
TOTAL NACIONAL	287.001	281.351

Observação: Também, é de se lamentar que, na área criminal, não vieram informações do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

3.5 N° total de processos criminais que deram saída em 2° grau

ESTADO	N° total de processos criminais que deram saída em 2° grau	
	2006	2007
Acre	1.678	3.215
Alagoas	710	710
Amapá	1.199	1.376
Amazonas	2.593	966
Bahia	5.219	7.261
Ceará	3.050	3.803
Distrito Federal	8.496	7.497
Espírito Santo	2.385	6.101
Goiás	2.342	4.701
Maranhão	2.317	1.495
Mato Grosso	8.096	8.061
Mato Grosso do Sul	10.634	10.934
Minas Gerais	36.321	38.361
Pará	1.772	930
Paraíba	1.989	2.249
Paraná	11.472	11.853
Pernambuco	0	0
Piauí	0	1.221
Rio de Janeiro	16.239	21.088
Rio Grande do Norte	1.963	1.936
Rio Grande do Sul	28.621	32.442
Rondônia	3.751	4.879
Roraima	318	350
Santa Catarina	6.784	7.737

ESTADO	Nº total de processos criminais que deram saída em 2º grau	
	2006	2007
São Paulo	91.482	109.182
Sergipe	1.050	1.647
Tocantins	800	827
TOTAL NACIONAL	251.281	290.822

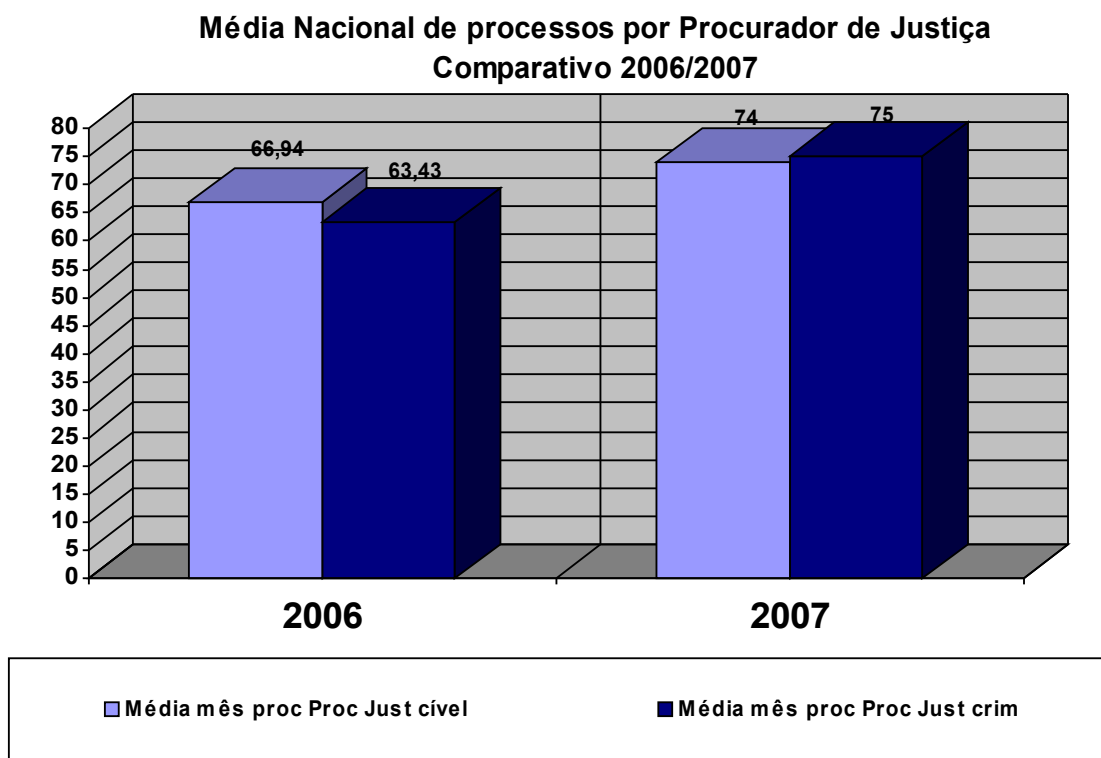
Observação: Deixou, mais uma vez, de apresentar informação o Ministério Público do Estado de Pernambuco.

3.6 Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área criminal

ESTADO	Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área criminal	
	2006	2007
Acre	192,40	60
Alagoas	71	71
Amapá	12	15
Amazonas	23	121
Bahia	45	57
Ceará	20	20
Distrito Federal	34,60	29,65
Espírito Santo	40	60
Goiás	18	29,2
Maranhão	25	14,7
Mato Grosso	45	43
Mato Grosso do Sul	76	69
Minas Gerais	76	42,17
Pará	118	10,67
Paraíba	25	48
Paraná	299	32
Pernambuco	0	0
Piauí	0	5,08
Rio de Janeiro	38,50	42,5
Rio Grande do Norte	36	37,04
Rio Grande do Sul	96	91
Rondônia	72	330
Roraima	35	25
Santa Catarina	63	591,38
São Paulo	104,36	85,96
Sergipe	14,77	9,8
Tocantins	6,1	8,64

ESTADO	Média mensal de processos por Procurador de Justiça na área criminal	
	2006	2007
MÉDIA NACIONAL	63,43	75

Observação: Mais uma vez, é de se lamentar que o Ministério Público do Estado de Pernambuco não tenha prestado.



3.7 N° de inquéritos policiais recebidos

ESTADO	N° de inquéritos policiais recebidos	
	2006	2007
Acre	3.530	5.039
Alagoas	1.301	1.301
Amapá	1.512	2.055
Amazonas	0	3.297
Bahia	13.453	35.062
Ceará	6.888	7.958
Distrito Federal	23.431	30.781
Espírito Santo	0	51.810
Goiás	21.905	22.493

ESTADO	N° de inquéritos policiais recebidos	
	2006	2007
Maranhão	9.155	9.943
Mato Grosso	35.264	33.929
Mato Grosso do Sul	22.242	15
Minas Gerais	268.769	426.332
Pará	17.618	11.417
Paraíba	8.010	17.163
Paraná	153.508	0
Pernambuco	0	0
Piauí	3.014	4.694
Rio de Janeiro	314.303	981.926
Rio Grande do Norte	0	14.204
Rio Grande do Sul	142.916	94.048
Rondônia	91.462	96.673
Roraima	0	12.091
Santa Catarina	95.303	76.603
São Paulo	1.337.078	1.458.142
Sergipe	3.260	6.772
Tocantins	16.358	22.604
TOTAL NACIONAL	2.590.280	3.426.352

Observação: Embora deva o Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, os Estados do Paraná e de Pernambuco não informaram o número de inquéritos policiais recebidos. Pelos dados, percebe-se possível equívoco dos números oferecidos pelo Ministério Público do Estado do Mato Grasso do Sul.

3.7 N° de inquéritos policiais devolvidos com denúncia

ESTADO	N° de inquéritos policiais devolvidos com denúncia	
	2006	2007
Acre	1.516	1.344
Alagoas	0	0
Amapá	701	974
Amazonas	0	2.750
Bahia	6.167	19.831
Ceará	9.326	1.790
Distrito Federal	2.234	4.040
Espírito Santo	0	13.227
Goiás	8.309	8.950
Maranhão	8.582	9.349
Mato Grosso	5.563	5.551
Mato Grosso do Sul	11.225	16.338
Minas Gerais	41.194	57.001
Pará	0	9.114
Paraíba	3.838	8.083
Paraná	22.918	0
Pernambuco	0	0
Piauí	827	4.224
Rio de Janeiro	5.515	12.060
Rio Grande do Norte	0	5.858
Rio Grande do Sul	23.112	14.627
Rondônia	11.266	7.134
Roraima	551	980
Santa Catarina	23.454	71.317
São Paulo	101.807	109.528
Sergipe	1.815	3.044
Tocantins	1.827	1.768
TOTAL NACIONAL	291.747	388.882

Observação: Os Ministérios Públicos dos Estados de Alagoas, Paraná e Pernambuco deixaram de prestar informações, embora a Instituição, por força constitucional, deva proceder o controle externo da atividade policial.

3.8 N° de inquéritos policiais devolvidos com pedido de arquivamento

ESTADO	N° de inquéritos policiais devolvidos com pedido de arquivamento	
	2006	2007
Acre	568	469
Alagoas	187	187
Amapá	96	228
Amazonas	0	703
Bahia	7.998	5.582
Ceará	1.776	1.972
Distrito Federal	3.422	10.307
Espírito Santo	0	4.627
Goiás	2.803	2.266
Maranhão	541	401
Mato Grosso	1.923	1.049
Mato Grosso do Sul	3.474	4.859
Minas Gerais	18.278	27.636
Pará	1.969	1.239
Paraíba	1.355	2.800
Paraná	15.355	0
Pernambuco	0	0
Piauí	244	305
Rio de Janeiro	23.266	26.650
Rio Grande do Norte	0	1.077
Rio Grande do Sul	82.792	50.891
Rondônia	4.587	3.584
Roraima	280	469
Santa Catarina	35.604	27.006
São Paulo	122.981	122.423
Sergipe	430	876
Tocantins	0	653
TOTAL NACIONAL	329.929	298.259

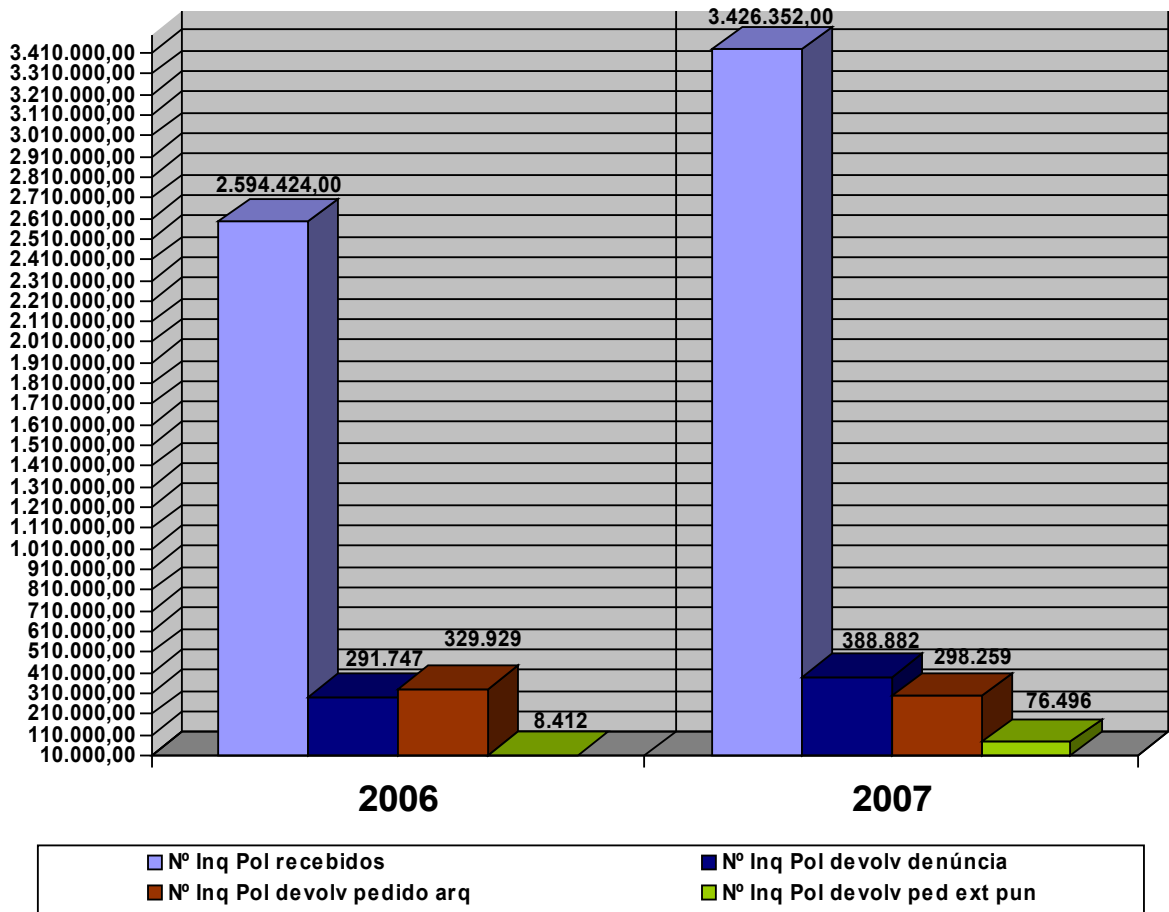
Observação: Estes dados estão disponíveis nas Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos, mesmo assim, os Estados do Paraná e Pernambuco deixaram de prestá-los.

3.10 N° de inquéritos policiais devolvidos com pedido de extinção de punibilidade

ESTADO	N° de inquéritos policiais devolvidos com pedido de extinção de punibilidade	
	2006	2007
Acre	315	105
Alagoas	0	0
Amapá	16	13
Amazonas	0	1.082
Bahia	890	1.896
Ceará	0	143
Distrito Federal	275	371
Espírito Santo	0	5.510
Goiás	0	0
Maranhão	0	812
Mato Grosso	666	0
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	0	0
Pará	344	294
Paraíba	0	48
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	165
Rio de Janeiro	0	1.695
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	2.895	28.400
Rondônia	54	386
Roraima	165	287
Santa Catarina	0	17.675
São Paulo	2.529	16.891
Sergipe	263	329
Tocantins	0	394
TOTAL NACIONAL	8.412	76.496

Observação: Muitos Ministérios Públicos deixaram de responder a este item, todavia os dados, por certo, estão disponíveis nas Corregedorias-Gerais.

Total de nº de inquéritos policiais Comparativo 2006/2007



3.11 N° de termos circunstanciados recebidos

ESTADO	N° de termos circunstanciados recebidos	
	2006	2007
Acre	4.053	4.443
Alagoas	1.613	1.613
Amapá	0	0
Amazonas	0	847
Bahia	9.192	32.463
Ceará	3.026	3.758
Distrito Federal	33.895	37.937
Espírito Santo	0	6.228
Goiás	5.558	26.071
Maranhão	5.907	8.318
Mato Grosso	5.245	6.573
Mato Grosso do Sul	0	2
Minas Gerais	247.811	337.192
Pará	0	981
Paraíba	4.130	3.371
Paraná	85.953	0
Pernambuco	0	0
Piauí	883	5.322
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	10.860	12.917
Rio Grande do Sul	154.517	50.962
Rondônia	23.827	25.219
Roraima	2.894	11.212
Santa Catarina	38.636	45.927
São Paulo	1.093.586	976.375
Sergipe	4.705	5.143
Tocantins	4.126	11.242
TOTAL NACIONAL	1.740.417	1.614.116

Observação: É lamentável que os Ministérios Públicos do Amapá, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro não tenham condições de informar o número de termos circunstanciados recebidos.

3.12 N° de denúncias oferecidas a partir dos termos circunstanciados

ESTADO	N° de denúncias oferecidas a partir dos termos circunstanciados	
	2006	2007
Acre	232	288
Alagoas	164	164
Amapá	0	0
Amazonas	0	405
Bahia	988	3.001
Ceará	0	588
Distrito Federal	1.792	2.100
Espírito Santo	0	736
Goiás	2.298	0
Maranhão	572	6.220
Mato Grosso	212	412
Mato Grosso do Sul	0	2
Minas Gerais	14.862	21.380
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	7.988	0
Pernambuco	0	0
Piauí	240	685
Rio de Janeiro	6.953	0
Rio Grande do Norte	0	992
Rio Grande do Sul	8.037	4.306
Rondônia	1.262	1.379
Roraima	92	139
Santa Catarina	3.734	6.971
São Paulo	19.521	21.208
Sergipe	264	298
Tocantins	2.242	2.536
TOTAL NACIONAL	71.453	73.810

Observação: Também, neste item, os Ministérios Públicos dos Estados do Amapá, Goiás, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro deixaram de oferecer maiores informações.

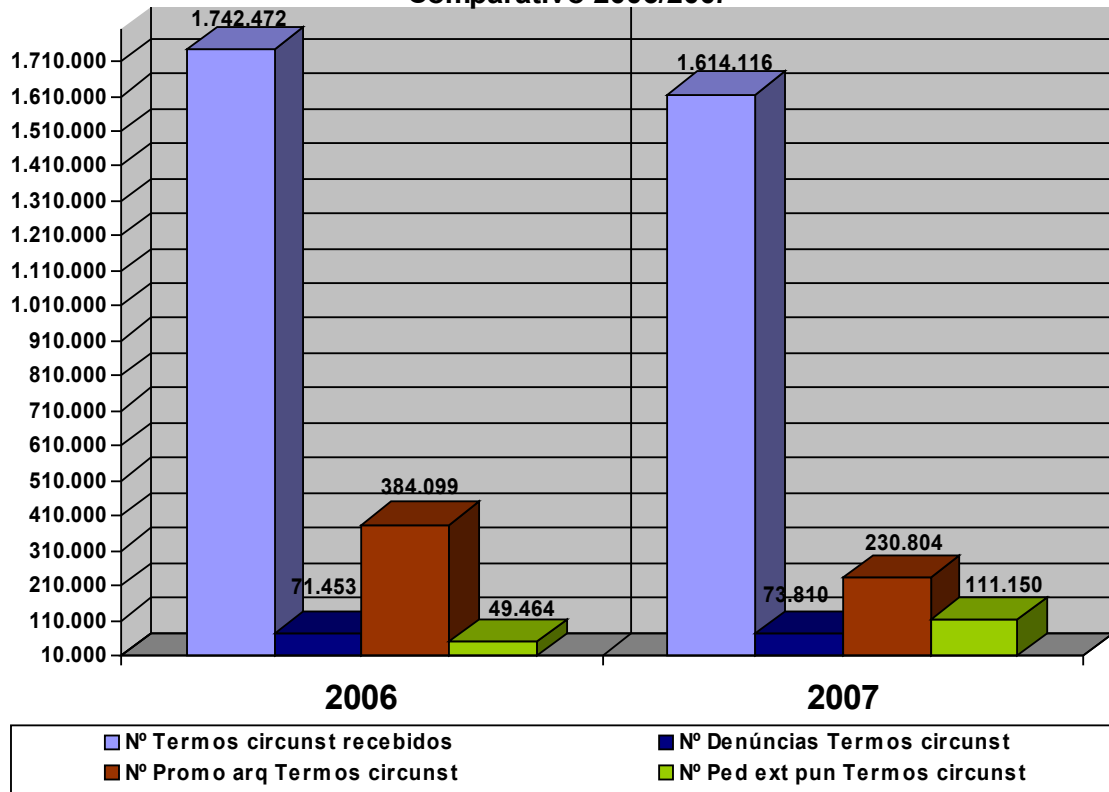
3.13 N° de promoções de arquivamento a partir dos termos circunstanciados

ESTADO	N° de promoções de arquivamento a partir dos termos circunstanciados	
	2006	2007
Acre	730	820
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	589
Bahia	9.509	4.425
Ceará	0	224
Distrito Federal	12.206	17.106
Espírito Santo	0	281
Goiás	4.124	0
Maranhão	0	255
Mato Grosso	16	591
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	63.743	85.622
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	21.971	0
Pernambuco	0	0
Piauí	82	130
Rio de Janeiro	105.829	0
Rio Grande do Norte	0	1.331
Rio Grande do Sul	30.247	23.018
Rondônia	1.411	747
Roraima	240	454
Santa Catarina	17.727	20.960
São Paulo	115.837	72.261
Sergipe	427	347
Tocantins	0	1.643
TOTAL NACIONAL	384.099	230.804

3.14 N° de pedidos de extinção de punibilidade a partir dos termos circunstanciados

ESTADO	N° de pedidos de extinção de punibilidade a partir dos termos circunstanciados	
	2006	2007
Acre	943	997
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	1.840
Bahia	1.375	6.855
Ceará	0	363
Distrito Federal	5.335	4.484
Espírito Santo	0	1.434
Goiás	3.673	2.211
Maranhão	1.426	1.863
Mato Grosso	16	803
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	0	0
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	65
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	24.416	12.105
Rondônia	136	140
Roraima	932	1.067
Santa Catarina	0	0
São Paulo	9.044	74.821
Sergipe	2.168	1.922
Tocantins	0	180
TOTAL NACIONAL	49.464	111.150

**Termos Circunstanciados - Total
Comparativo 2006/2007**



3.15 N° de pessoas denunciadas

ESTADO	N° de pessoas denunciadas	
	2006	2007
Acre	1.808	1.777
Alagoas	0	0
Amapá	1.175	1.588
Amazonas	0	3.449
Bahia	0	23.606
Ceará	0	13.140
Distrito Federal	0	0
Espírito Santo	0	13.227
Goiás	0	0
Maranhão	0	9.034
Mato Grosso	0	0
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	71.226	99.195
Pará	0	0
Paraíba	0	1.676
Paraná	25.824	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	0	12.949
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	34.355	20.084
Rondônia	16.957	9.875
Roraima	92	119
Santa Catarina	0	0
São Paulo	150.721	159.820
Sergipe	2.028	2.728
Tocantins	4.069	1.623
TOTAL NACIONAL	308.255	373.890

Observação: Os relatórios anuais das Corregedorias-Gerais poderiam suprir estas deficiências.

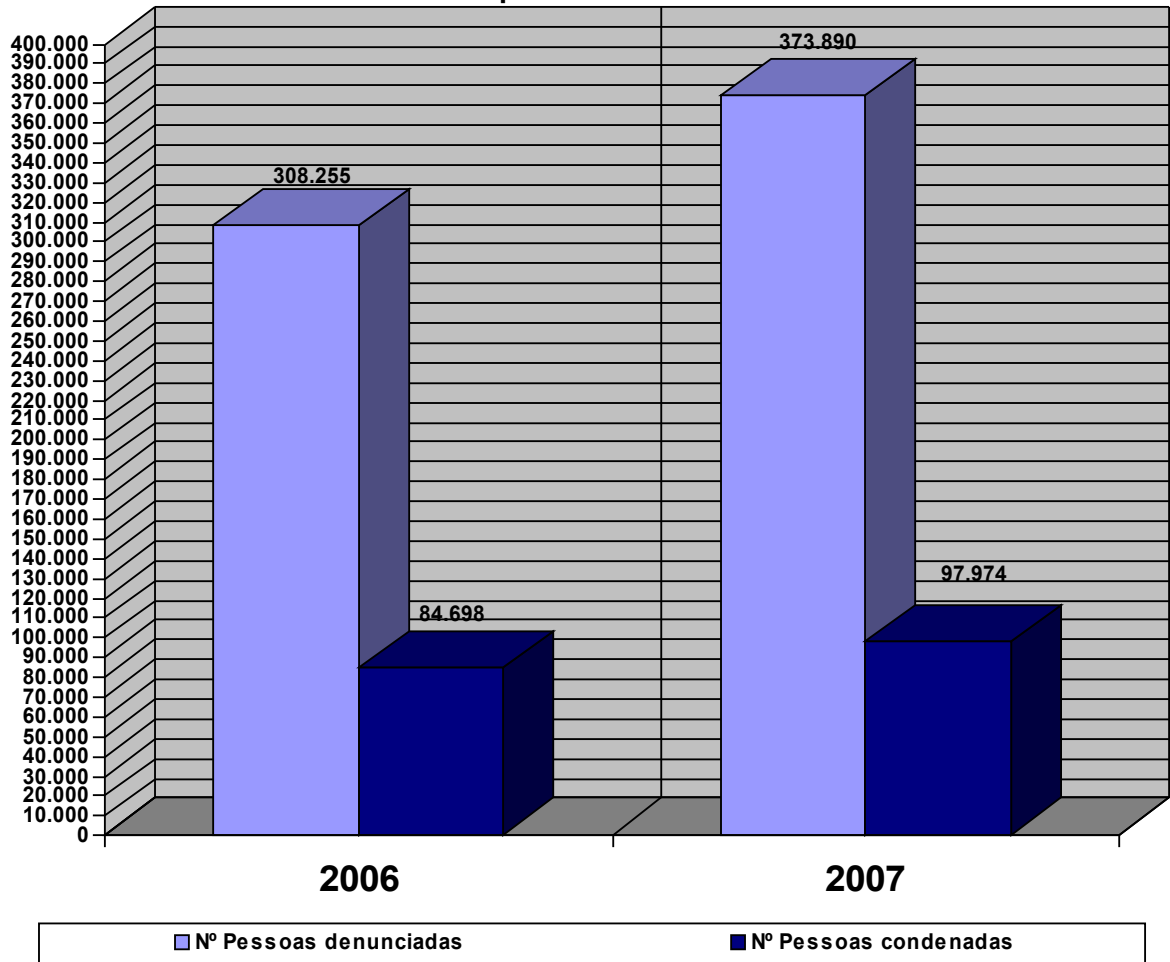
3.16 N° de pessoas condenadas

ESTADO	N° de pessoas condenadas	
	2006	2007
Acre	665	582
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	185
Bahia	0	4.714

ESTADO	N° de pessoas condenadas	
	2006	2007
Ceará	1.193	1.204
Distrito Federal	0	0
Espírito Santo	0	5.982
Goiás	0	0
Maranhão	552	762
Mato Grosso	690	0
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	0	0
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	7.228	4.323
Rondônia	2.617	2.975
Roraima	92	0
Santa Catarina	0	0
São Paulo	68.720	75.988
Sergipe	930	638
Tocantins	2.011	621
TOTAL NACIONAL	84.698	97.974

Observação: Deve ser destacado o total desconhecimento pelos Ministérios Públicos sobre as conseqüências de sua atividade fim na área criminal.

**Nº de pessoas denunciadas X Nº de pessoas condenadas - Total
Comparativo 2006/2007**



3.17 Nº de inquéritos civis instaurados

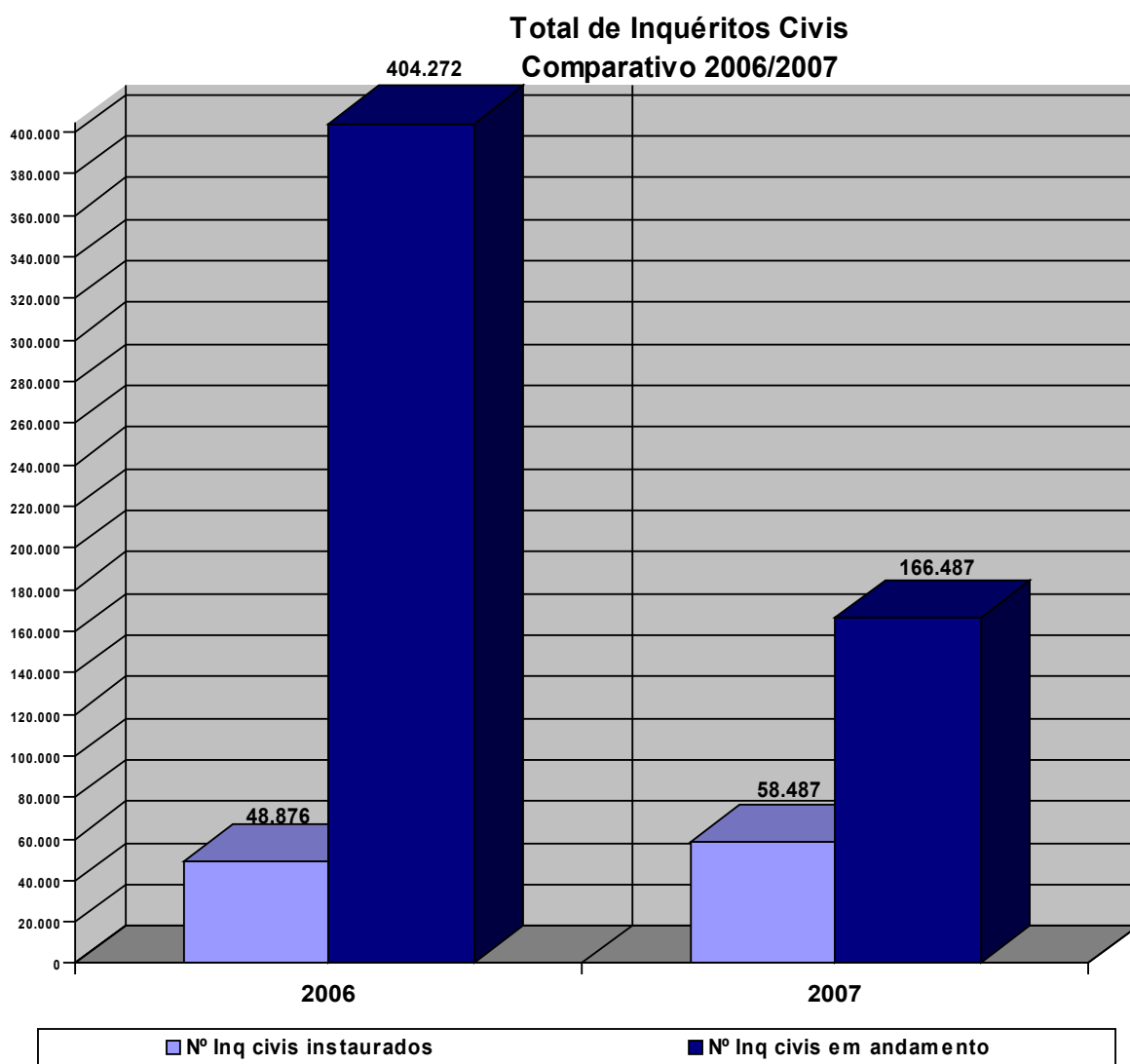
ESTADO	Nº de inquéritos civis instaurados	
	2006	2007
Acre	70	128
Alagoas	20	20
Amapá	8	10
Amazonas	0	3
Bahia	1.002	6.588
Ceará	0	207
Distrito Federal	62	71
Espírito Santo	0	2.448
Goiás	2.168	1.841
Maranhão	104	425
Mato Grosso	379	293
Mato Grosso do Sul	234	216
Minas Gerais	9.400	13.758

ESTADO	N° de inquéritos civis instaurados	
	2006	2007
Pará	96	44
Paraíba	207	224
Paraná	13.208	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	377
Rio de Janeiro	3.474	3.208
Rio Grande do Norte	1.001	682
Rio Grande do Sul	8.601	6.871
Rondônia	85	47
Roraima	16	1
Santa Catarina	4.669	6.496
São Paulo	3.720	14.066
Sergipe	221	333
Tocantins	131	130
TOTAL NACIONAL	48.876	58.487

3.18 N° de inquéritos civis em andamento

ESTADO	N° de inquéritos civis em andamento	
	2006	2007
Acre	86	149
Alagoas	0	0
Amapá	8	10
Amazonas	0	3
Bahia	624	13.101
Ceará	0	1.961
Distrito Federal	199	166
Espírito Santo	0	1.602
Goiás	5.158	4.210
Maranhão	0	0
Mato Grosso	288	396
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	341.211	41.551
Pará	134	55
Paraíba	0	0
Paraná	20.445	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	269
Rio de Janeiro	3.434	0
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	14.063	6.933
Rondônia	211	42
Roraima	16	0
Santa Catarina	9.011	77.478

ESTADO	N° de inquéritos civis em andamento	
	2006	2007
São Paulo	8.387	17.838
Sergipe	470	600
Tocantins	527	123
TOTAL NACIONAL	404.272	166.487



3.19 N° de termos de ajustamento de conduta firmados

ESTADO	N° de termos de ajustamento de conduta firmados	
	2006	2007
Acre	0	7
Alagoas	20	20
Amapá	0	0
Amazonas	0	26
Bahia	577	1.100
Ceará	104	114
Distrito Federal	20	27
Espírito Santo	0	389
Goiás	1.534	426
Maranhão	97	154
Mato Grosso	18	86
Mato Grosso do Sul	289	331
Minas Gerais	7.950	8.473
Pará	21	882
Paraíba	628	701
Paraná	516	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	593
Rio de Janeiro	242	154
Rio Grande do Norte	448	360
Rio Grande do Sul	2.798	1.228
Rondônia	25	106
Roraima	40	8
Santa Catarina	826	853
São Paulo	1.076	1.293
Sergipe	173	227
Tocantins	56	74
TOTAL NACIONAL	17.458	17.632

3.20 N° de ações civis públicas ajuizadas

ESTADO	N° de ações civis públicas ajuizadas	
	2006	2007
Acre	6	46
Alagoas	15	15
Amapá	0	9
Amazonas	0	78
Bahia	711	842
Ceará	1.568	647

ESTADO	N° de ações civis públicas ajuizadas	
	2006	2007
Distrito Federal	257	241
Espírito Santo	0	349
Goiás	6.671	1.550
Maranhão	55	580
Mato Grosso	57	309
Mato Grosso do Sul	233	225
Minas Gerais	2.050	2.925
Pará	13	354
Paraíba	178	330
Paraná	923	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	807	261
Rio Grande do Norte	114	299
Rio Grande do Sul	1.262	856
Rondônia	373	497
Roraima	38	5
Santa Catarina	879	12.302
São Paulo	2.661	2.414
Sergipe	155	166
Tocantins	33	414
TOTAL NACIONAL	19.059	25.714

3.21 N° de ações civis públicas julgadas procedentes

ESTADO	N° de ações civis públicas julgadas procedentes	
	2006	2007
Acre	1	1
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	6
Bahia	0	302
Ceará	0	23
Distrito Federal	0	0
Espírito Santo	0	35
Goiás	0	542
Maranhão	0	57
Mato Grosso	0	11
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	780	0
Pará	0	1
Paraíba	0	0

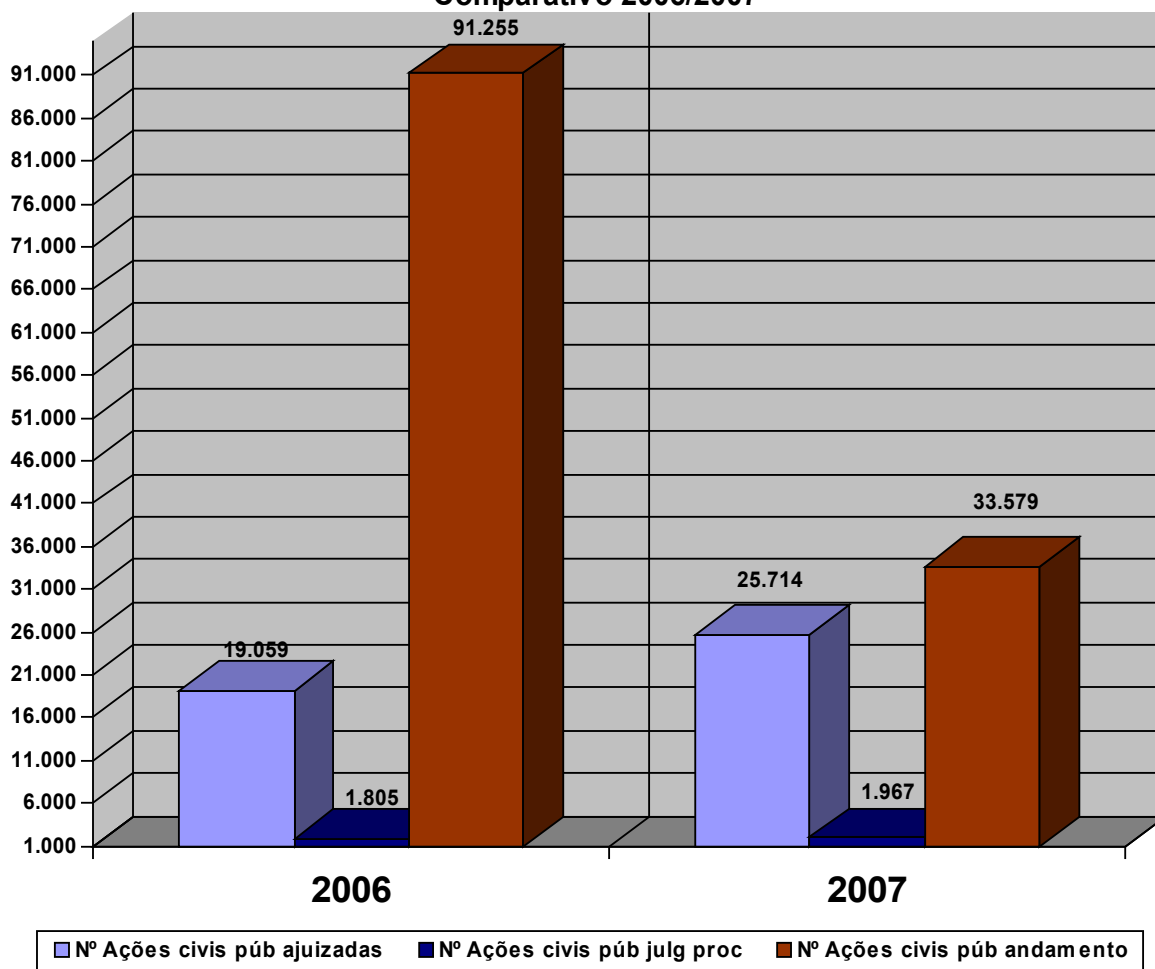
ESTADO	N° de ações civis públicas julgadas procedentes	
	2006	2007
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	0	171
Rio Grande do Norte	0	0
Rio Grande do Sul	246	152
Rondônia	124	0
Roraima	10	5
Santa Catarina	0	0
São Paulo	575	631
Sergipe	69	25
Tocantins	0	5
TOTAL NACIONAL	1.805	1.967

3.22 N° de ações civis públicas em andamento

ESTADO	N° de ações civis públicas em andamento	
	2006	2007
Acre	40	34
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	58
Bahia	716	2.885
Ceará	0	1.317
Distrito Federal	566	715
Espírito Santo	0	1.844
Goiás	0	0
Maranhão	0	520
Mato Grosso	327	766
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	73.279	9.028
Pará	756	443
Paraíba	0	0
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	1.325
Rio Grande do Sul	1.788	776
Rondônia	451	956
Roraima	28	10
Santa Catarina	0	0

ESTADO	Nº de ações civis públicas em andamento	
	2006	2007
São Paulo	12.475	12.407
Sergipe	302	450
Tocantins	527	45
TOTAL NACIONAL	91.255	33.579

**Total do nº de Ações Civis Públicas
Comparativo 2006/2007**



3.23 N° de processos cíveis em andamento em 1º grau

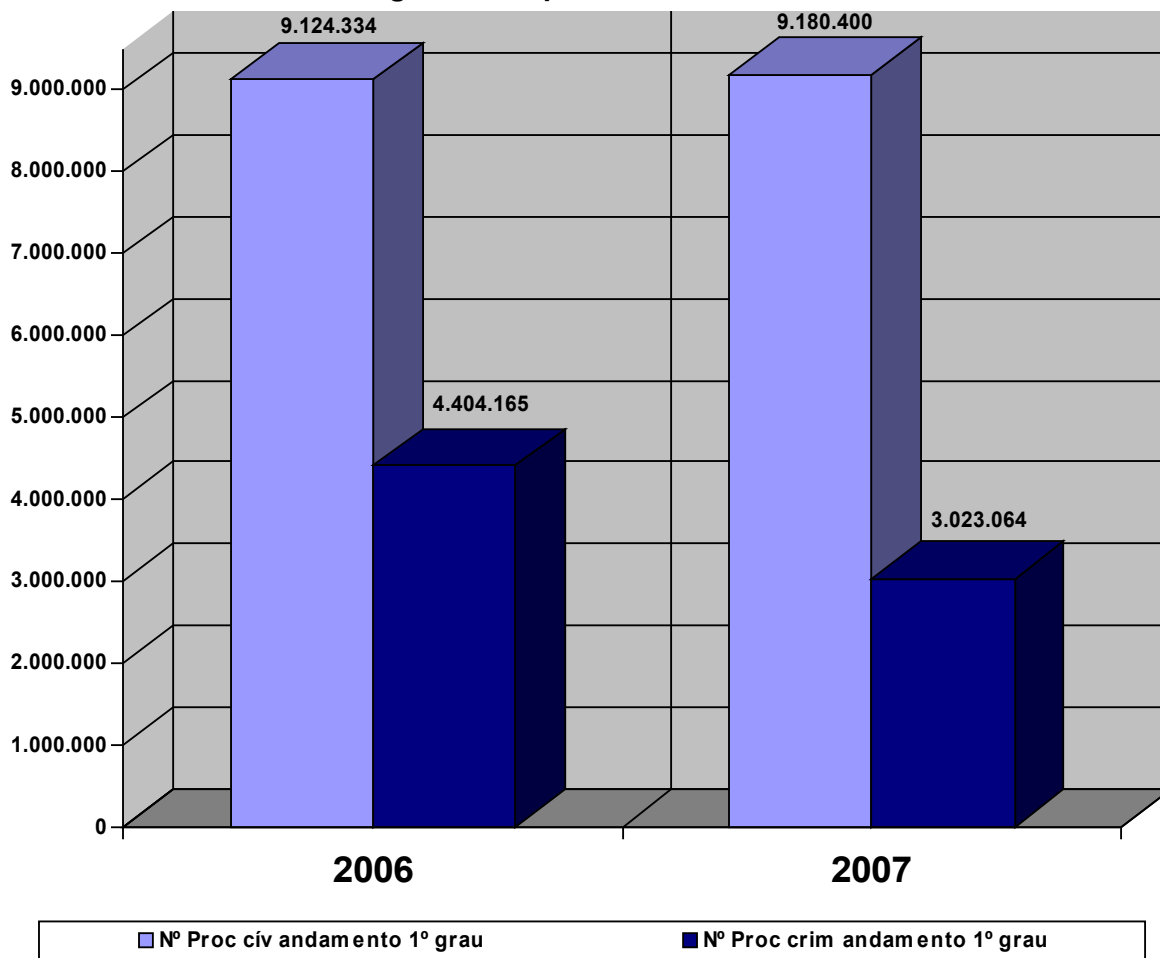
ESTADO	N° de processos cíveis em andamento em 1º grau	
	2006	2007
Acre	5.373	4.923
Alagoas	0	0
Amapá	28	5
Amazonas	0	39.072
Bahia	0	722.287
Ceará	269.234	313.080
Distrito Federal	181.662	198.873
Espírito Santo	0	92.965
Goiás	0	67.670
Maranhão	0	11.488
Mato Grosso	0	442.944
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	2.569.605	2.116.464
Pará	0	1.349
Paraíba	0	0
Paraná	395.482	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	3.468
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	305.538
Rio Grande do Sul	772.617	1.660.652
Rondônia	57.211	35.673
Roraima	9.732	450
Santa Catarina	226.985	238.059
São Paulo	4.474.644	2.869.399
Sergipe	56.533	45.632
Tocantins	105.228	10.409
TOTAL NACIONAL	9.124.334	9.180.400

3.24 N° de processos criminais em andamento em 1º grau

ESTADO	N° de processos criminais em andamento em 1º grau	
	2006	2007
Acre	2.581	8.120
Alagoas	0	0
Amapá	49	0
Amazonas	0	18.701
Bahia	0	245.893
Ceará	57.004	75.453
Distrito Federal	92.365	116.520

ESTADO	N° de processos criminais em andamento em 1º grau	
	2006	2007
Espírito Santo	0	81.332
Goiás	0	44.033
Maranhão	0	31.732
Mato Grosso	0	96.912
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	2.569.605	720.672
Pará	0	42.708
Paraíba	0	0
Paraná	225.953	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	9.084
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	72.265
Rio Grande do Sul	108.228	141.379
Rondônia	15.052	17.624
Roraima	19.882	3.500
Santa Catarina	225.252	278.445
São Paulo	1.057.654	986.848
Sergipe	12.172	18.863
Tocantins	18.368	12.980
TOTAL NACIONAL	4.404.165	3.023.064

Total do nº de processos cíveis e criminais em andamento em 1º grau - Comparativo 2006/2007



3.25 Nº de processos de execução criminal em andamento

ESTADO	Nº de processos de execução criminal em andamento	
	2006	2007
Acre	1.688	979
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	2.010
Bahia	5.705	31.170
Ceará	98.606	73.886
Distrito Federal	8.808	0
Espírito Santo	0	19.666
Goiás	0	0
Maranhão	0	4.333
Mato Grosso	0	0
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	2.569.605	0

ESTADO	Nº de processos de execução criminal em andamento	
	2006	2007
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	103.951	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	781
Rio de Janeiro	109.466	117.084
Rio Grande do Norte	0	8.450
Rio Grande do Sul	11.928	56.346
Rondônia	8.982	10.931
Roraima	7.865	264
Santa Catarina	0	321.146
São Paulo	263.770	267.234
Sergipe	1.168	491
Tocantins	3.461	804
TOTAL NACIONAL	3.195.003	915.575

3.26 Nº de processos de júri em andamento

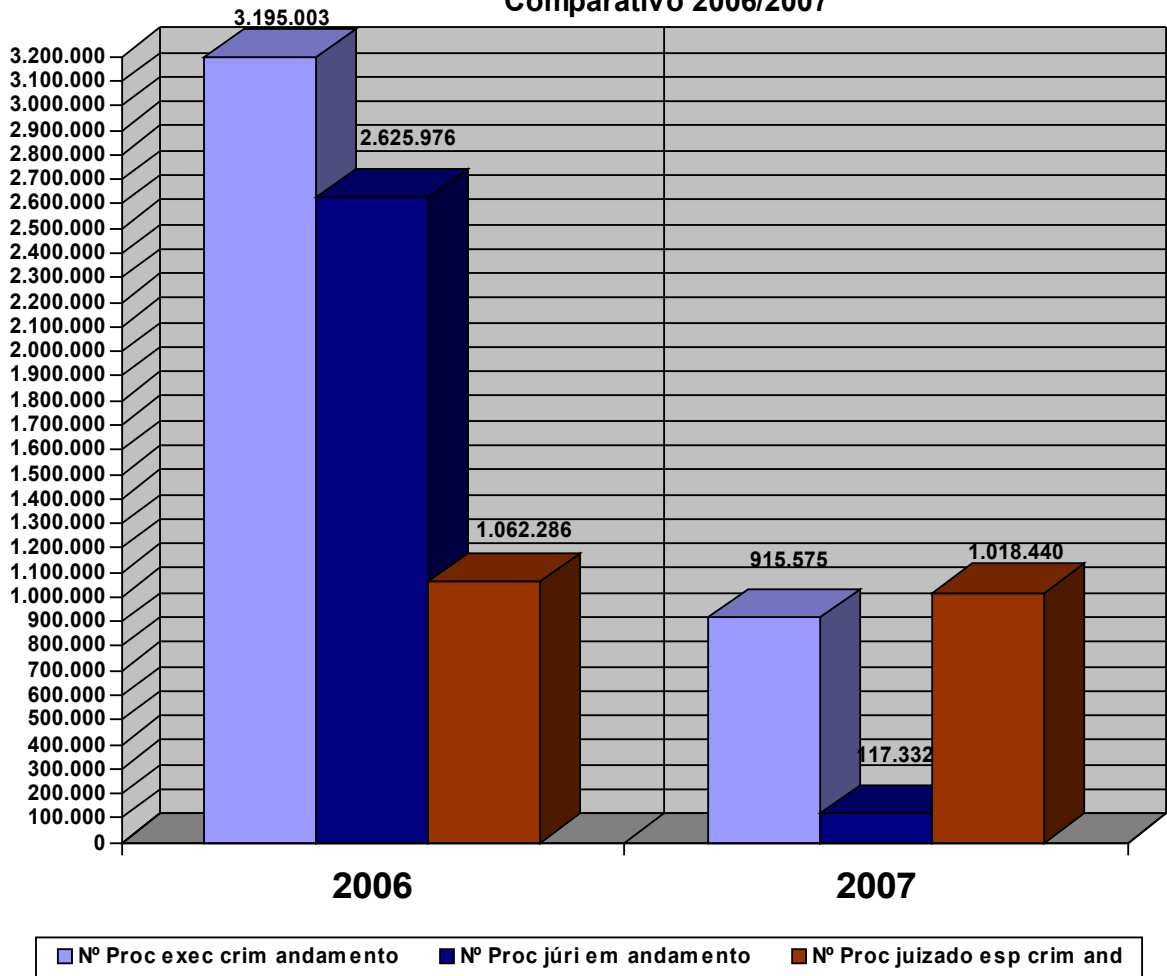
ESTADO	Nº de processos de júri em andamento	
	2006	2007
Acre	455	557
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	2.291
Bahia	6.308	49.579
Ceará	4.874	3.536
Distrito Federal	7.226	9.097
Espírito Santo	0	1.039
Goiás	0	0
Maranhão	0	922
Mato Grosso	0	0
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	2.569.605	0
Pará	0	233
Paraíba	0	0
Paraná	0	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	1.879
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	1.312
Rio Grande do Sul	5.546	15.296
Rondônia	2.015	2.835
Roraima	3.162	184

ESTADO	N° de processos de júri em andamento	
	2006	2007
Santa Catarina	0	4.372
São Paulo	22.218	22.896
Sergipe	758	1.130
Tocantins	3.809	174
TOTAL NACIONAL	2.625.976	117.332

3.27 N° de processos do juizado especial criminal em andamento

ESTADO	N° de processos do juizado especial criminal em andamento	
	2006	2007
Acre	186	420
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	11.779
Bahia	26.282	81.465
Ceará	0	19.352
Distrito Federal	30.056	35.133
Espírito Santo	0	17.577
Goiás	0	0
Maranhão	0	7.716
Mato Grosso	0	29.797
Mato Grosso do Sul	0	0
Minas Gerais	233.303	244.638
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	212.049	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	8.090
Rio de Janeiro	0	0
Rio Grande do Norte	0	16.949
Rio Grande do Sul	66.273	123.763
Rondônia	6.637	7.834
Roraima	995	650
Santa Catarina	0	0
São Paulo	458.931	405.870
Sergipe	4.086	3.443
Tocantins	23.488	3.964
TOTAL NACIONAL	1.062.286	1.018.440

**Total do nº de outros processos em andamento
Comparativo 2006/2007**



3.28 N° de ADIN's propostas

ESTADO	N° de ADIN's propostas	
	2006	2007
Acre	1	0
Alagoas	0	0
Amapá	0	1
Amazonas	9	11
Bahia	0	8
Ceará	4	4
Distrito Federal	61	23
Espírito Santo	0	13
Goiás	25	10
Maranhão	3	9
Mato Grosso	0	0
Mato Grosso do Sul	9	8
Minas Gerais	16	13
Pará	0	4

ESTADO	N° de ADIN's propostas	
	2006	2007
Paraíba	0	10
Paraná	2	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	8	0
Rio Grande do Norte	17	4
Rio Grande do Sul	85	120
Rondônia	0	0
Roraima	5	7
Santa Catarina	13	63
São Paulo	52	55
Sergipe	3	0
Tocantins	3	0
TOTAL NACIONAL	316	363

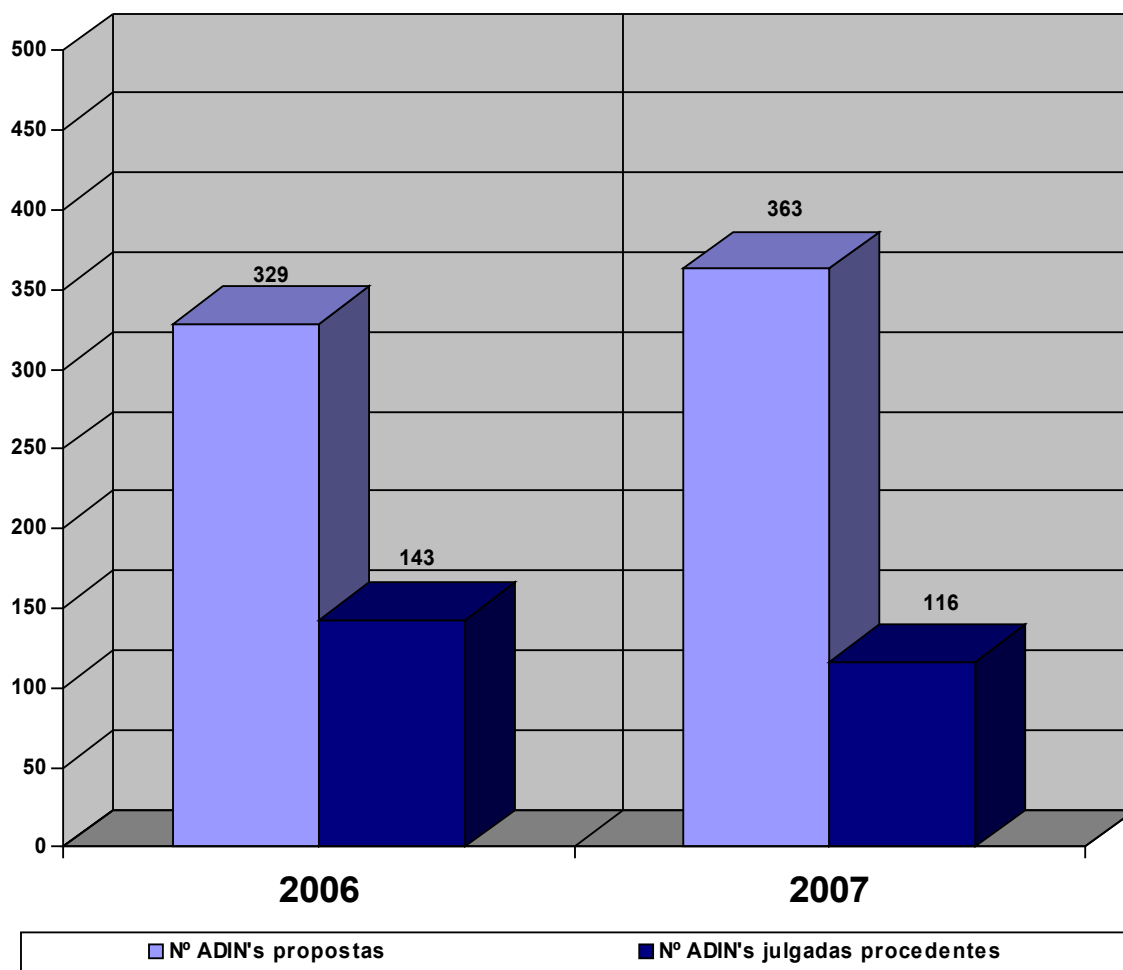
Observação: A matéria trata do controle da constitucionalidade de leis estaduais e municipais, não havendo, em muitos Estados, ações ajuizadas.

3.29 N° de ADIN's julgadas procedentes

ESTADO	N° de ADIN's julgadas procedentes	
	2006	2007
Acre	0	0
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	0	0
Bahia	0	0
Ceará	0	0
Distrito Federal	70	0
Espírito Santo	0	39
Goiás	15	0
Maranhão	0	21
Mato Grosso	0	0
Mato Grosso do Sul	4	0
Minas Gerais	1	0
Pará	0	0
Paraíba	0	10
Paraná	1	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	12	0
Rio Grande do Norte	1	0
Rio Grande do Sul	28	40
Rondônia	0	0

ESTADO	Nº de ADIN's julgadas procedentes	
	2006	2007
Roraima	5	0
Santa Catarina	0	2
São Paulo	2	4
Sergipe	3	0
Tocantins	0	0
TOTAL NACIONAL	142	116

Total do nº de ADINs- Comparativo 2006/2007



3.30 Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis - custos legis

ESTADO	Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis - custos legis	
	2006	2007
Acre	237	278
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	413	171
Bahia	18	35

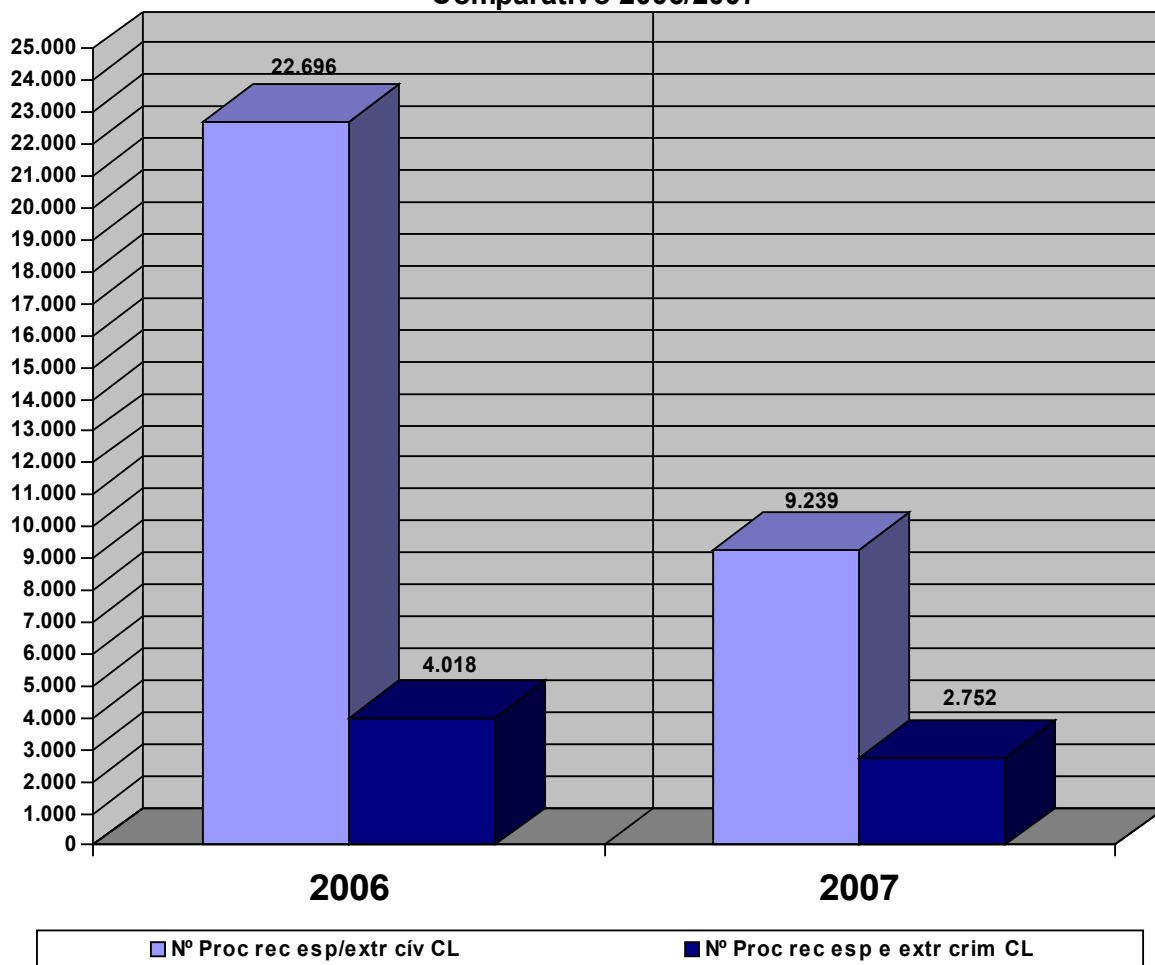
ESTADO	Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis - custos legis	
	2006	2007
Ceará	0	1
Distrito Federal	113	47
Espírito Santo	405	136
Goiás	742	0
Maranhão	17	12
Mato Grosso	0	457
Mato Grosso do Sul	549	585
Minas Gerais	32	58
Pará	9	5
Paraíba	1.823	5.006
Paraná	53	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	6.874	0
Rio Grande do Norte	0	19
Rio Grande do Sul	11.184	1.491
Rondônia	44	36
Roraima	10	15
Santa Catarina	0	553
São Paulo	151	331
Sergipe	0	0
Tocantins	22	3
TOTAL NACIONAL	22.696	9.239

3.31 Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários criminais - custos legis

ESTADO	Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários criminais - custos legis	
	2006	2007
Acre	132	269
Alagoas	0	0
Amapá	0	0
Amazonas	1	7
Bahia	135	167
Ceará	0	74
Distrito Federal	52	217
Espírito Santo	405	313
Goiás	338	0
Maranhão	17	25
Mato Grosso	0	3

ESTADO	Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários criminais - custos legis	
	2006	2007
Mato Grosso do Sul	558	456
Minas Gerais	0	1
Pará	33	21
Paraíba	99	306
Paraná	246	0
Pernambuco	0	0
Piauí	0	0
Rio de Janeiro	530	0
Rio Grande do Norte	0	4
Rio Grande do Sul	705	192
Rondônia	37	23
Roraima	6	12
Santa Catarina	0	146
São Paulo	724	490
Sergipe	0	8
Tocantins	0	18
TOTAL NACIONAL	4.018	2.752

**Custos Legis - Total
Comparativo 2006/2007**



3.32 Nº de processos para recurso na área cível – recorrente

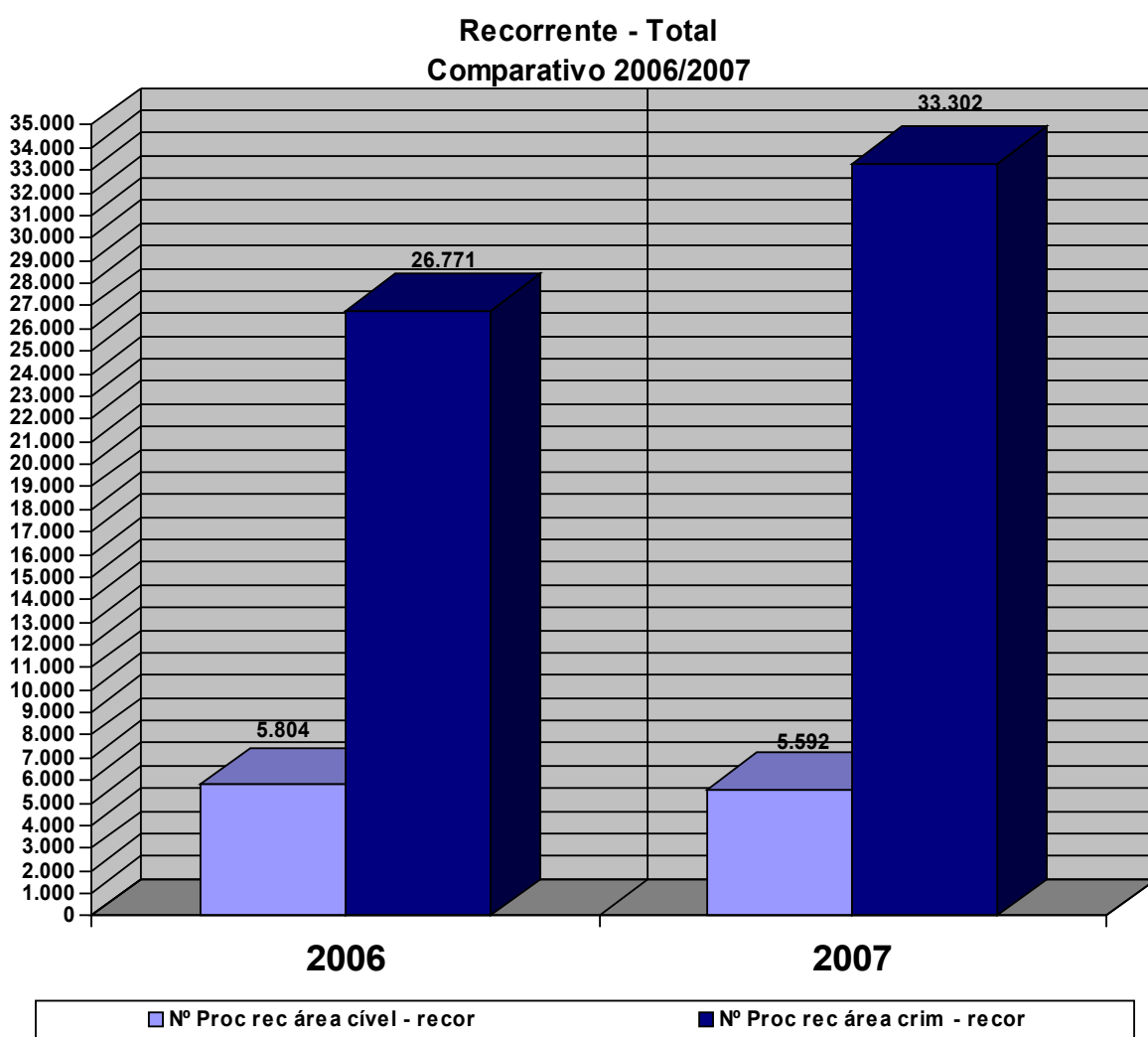
ESTADO	Nº de processos para recurso na área cível – recorrente	
	2006	2007
Acre	6	4
Alagoas	0	0
Amapá	0	10
Amazonas	0	5
Bahia	0	895
Ceará	0	11
Distrito Federal	184	397
Espírito Santo	27	29
Goiás	0	74
Maranhão	2	18
Mato Grosso	0	51
Mato Grosso do Sul	13	16

ESTADO	N° de processos para recurso na área cível – recorrente	
	2006	2007
Minas Gerais	1.600	149
Pará	0	0
Paraíba	0	0
Paraná	126	0
Pernambuco	0	0
Piauí	22	0
Rio de Janeiro	24	0
Rio Grande do Norte	43	145
Rio Grande do Sul	364	1.146
Rondônia	11	46
Roraima	334	298
Santa Catarina	423	189
São Paulo	657	2.031
Sergipe	1.945	52
Tocantins	23	26
TOTAL NACIONAL	5.804	5.592

3.33 N° de processos para recurso na área criminal – recorrente

ESTADO	N° de processos para recurso na área criminal – recorrente	
	2006	2007
Acre	34	369
Alagoas	0	0
Amapá	0	9
Amazonas	1	32
Bahia	0	805
Ceará	0	52
Distrito Federal	2.979	5.988
Espírito Santo	54	39
Goiás	0	365
Maranhão	1	1
Mato Grosso	0	114
Mato Grosso do Sul	14	18
Minas Gerais	4.293	840
Pará	0	68
Paraíba	0	0
Paraná	623	0
Pernambuco	0	0
Piauí	41	632
Rio de Janeiro	2	0
Rio Grande do Norte	33	831
Rio Grande do Sul	3.451	4.265

ESTADO	N° de processos para recurso na área criminal – recorrente	
	2006	2007
Rondônia	179	179
Roraima	103	2
Santa Catarina	1.721	91
São Paulo	12.597	18.495
Sergipe	502	92
Tocantins	143	15
TOTAL NACIONAL	26.771	33.302



ANEXO IV
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

1. EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA

Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais da República criados	62	0
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais da República providos	61	0
Nº de cargos de Procurador Regional da República criados	213	0
Nº de cargos de Procurador Regional da República providos	212	0
Nº de cargos de Procurador da República criados	760	0
Nº de cargos de Procurador Regional da República providos	552	0
Nº de cargos Servidores de carreira criados	6.600	0
Nº de cargos Servidores de carreira providos	5.442	0
Nº de cargos em Comissão criados	1.044	0
Nº de cargos em Comissão providos	440	0
Nº de vagas para estágio criados	2.131	0
Nº de vagas para estágio providos	1.837	0
Nº de Membros inativos	159	0
Nº de Servidores inativos	767	0
Área total ocupada pelo Ministério Público	267.900,00	0
Nº de habitantes do País	187.691.636	0
Nº de municípios do País	5.561	0
Nº de Tribunais Superiores	5	0
Nº de Tribunais Regionais Federais	5	0
Nº de Procuradorias Regionais da República	5	0
Nº de Subseções Judiciárias	603	0
Nº de Procuradorias da República nas Capitais	27	0
Nº de Procuradorias da República nos Municípios	129	0
Nº de Juizados Especiais Cíveis	136	0
Nº de Juizados Especiais Criminais	133	0
Remuneração média de Membros ativos	21.281,93	0
Remuneração média de Membros inativos	23.216,85	0
Remuneração média de Servidores ativos	4.558,12	0
Remuneração média de Servidores inativos	7.207,75	0
Renda per capita do país	10.520,00	0

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tópicos da Execução Orçamentária	2006I	2007
PIB da União	0	0
Orçamento da União	0	0
Despesa executada pelo União	0	0
Orçamento do Ministério Público Federal	1.425.602.656,00	0
Despesa total executada pelo Ministério Público Federal	681.664.961,00	0
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público Federal	98.286.834,00	0
Despesa de capital executada pelo Ministério Público Federal	566.105,00	0
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público Federal	582.812.023,00	0
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadrimestral	0,36	0
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadrimestral	0,34	0
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadrimestral	0	0

Observação: As despesas informadas são referentes a dois quadrimestres. O terceiro quadrimestre restou prejudicado, pois as despesas, para efeitos de Lei de Responsabilidade Fiscal, enceram em 31 de dezembro. É de se lamentar que, sequer provisoriamente, tenham vindo a este Conselho Nacional dados referentes as questões administrativas do Ministério Público Federal.

ATUAÇÃO FUNCIONAL

Tópicos da Atuação Funcional	2006	2007
Nº total de processos cíveis que deram entrada - STF e STJ	28.935	0
Nº total de processos cíveis que deram saída - STF e STJ	25.142	0
Nº total de processos criminais que deram entrada - STF e STJ	33.133	0
Nº total de processos criminais que deram saída - STF e STJ	32.872	0
Nº total de processos eleitorais cíveis que deram entrada - TSE	4.895	0
Nº total de processos eleitorais cíveis que deram saída - TSE	4.481	0
Nº total de processos eleitorais criminais que deram saída - TSE	0	0
Nº total de processos eleitorais criminais que deram entrada - TSE	0	0
Nº total de processos cíveis que deram entrada em 2º grau - TRFs	150.338	0
Nº total de processos cíveis que deram saída em 2º grau - TRFs	147.726	0
Nº total de processos criminais que deram entrada em 2º grau - TRFs	34.361	0
Nº total de processos criminais que deram saída em 2º grau - TRFs	34.084	0
Nº total de processos eleitorais cíveis que deram entrada em 2º grau - TSEs	0	0
Nº total de processos eleitorais cíveis que deram saída em 2º grau - TSEs	0	0
Nº total de processos eleitorais criminais que deram entrada em 2º grau - TSEs	0	0
Nº total de processos eleitorais criminais que deram saída em 2º grau - TSEs	0	0
Nº de Inquéritos policiais recebidos	271.846	0
Nº de Inquéritos policiais devolvidos com denúncia	12.024	0
Nº de termos circunstanciados recebidos	7.293	0
Nº de pessoas denunciadas	5.555	0
Nº de pessoas condenadas	888	0
Nº de inquéritos civis instaurados	640	0
Nº de inquéritos civis em andamento	1.179	0
Nº de termos de ajustamento de conduta firmados	314	0
Nº de ações civis públicas ajuizadas	1.427	0
Nº de ações civis públicas ajuizadas julgadas procedentes	120	0
Nº de ações civis públicas em andamento	5.035	0
Nº de processos cíveis em andamentos em 1º grau	97.079	0
Nº de processos criminais em andamentos em 1º grau	118.531	0
Nº de processos de execução criminal em andamento	1.279	0

Tópicos da Atuação Funcional	2006	2007
Nº de processos de júri em andamento	71	0
Nº de processos do juizado especial criminal em andamento	1.931	0
Nº de ADIN's propostas	51	0
Nº de ADIN's julgadas procedentes	0	0
Nº de processos para recurso na área cível - recorrente	1.054	0
Nº de processos para recursos na área criminal - recorrente	3.613	0
Média mensal de processos por Subprocurador-Geral da República na área cível	38,74	0
Média mensal de processos por Subprocurador-Geral da República na área criminal	50,65	0
Média mensal de processos por Subprocurador-Geral da República na área eleitoral cível	102,00	0
Média mensal de processos por Subprocurador-Geral da República na área eleitoral criminal	0	0
Média mensal de processos por Procurador Regional da República na área cível	139,00	0
Média mensal de processos por Procurador Regional da República na área criminal	101,00	0
Média mensal de processos por Procurador Regional Eleitoral na área cível	0	0
Média mensal de processos por Procurador Regional Eleitoral na área criminal	0	0
Média mensal de processos por Procurador República na área cível	241,00	0
Média mensal de processos por Procurador República na área criminal	655,00	0
Nº de inquéritos policiais devolvidos com pedido de arquivamento	21.538	0
Nº de inquéritos policiais devolvidos com pedido de extinção de punibilidade	684	0
Nº de denúncia oferecidas a partir dos termos circunstanciados	629	0
Nº de promoções de arquivamento a partir dos termos circunstanciados	583	0
Nº de extinção de punibilidade a partir dos termos circunstanciados	80	0
Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários cíveis - custos legis	306	0
Nº de processos para recursos especiais e/ou extraordinários criminais - custos legis	357	0

ANEXO V
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

1 EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA

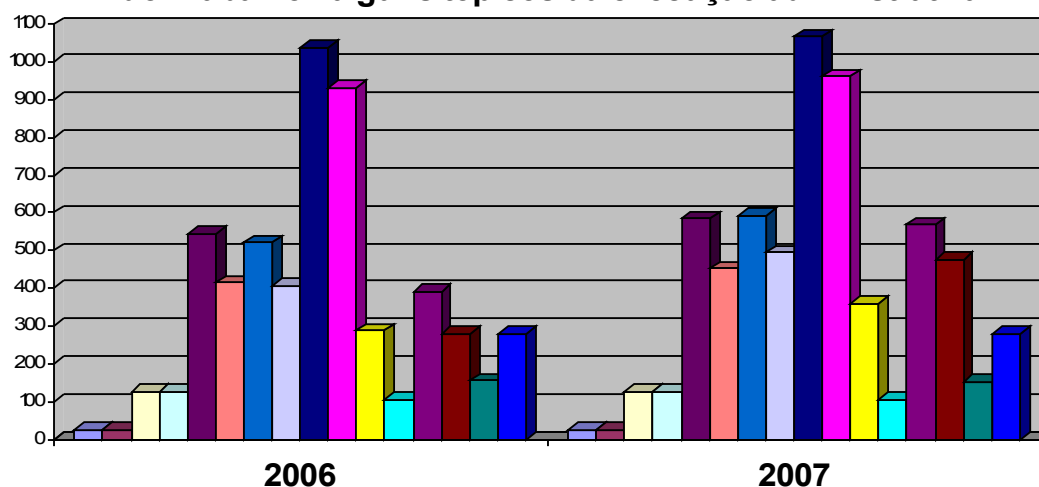
Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais do Trabalho criados	24	24
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais do Trabalho providos	24	24
Nº de cargos de Procuradores Regionais do Trabalho criados	127	127
Nº de cargos de Procuradores Regionais do Trabalho providos	127	125
Nº de cargos de Procuradores do Trabalho criados	544	584
Nº de cargos de Procuradores do Trabalho providos	415	452
Nº de cargos de Servidores da carreira de Analista criados	520	592
Nº de cargos de Servidores da carreira de Analista providos	407	494
Nº de cargos de Servidores da carreira de Técnico criados	1.037	1.067
Nº de cargos de Servidores da carreira de Técnico providos	933	962
Nº de Servidores Requisitados	288	359
Nº de Servidores Sem Vínculo	106	105
Nº de vagas para estágios criados	392	568
Nº de vagas para estágios providos	278	477
Nº de Membros inativos	155	152
Nº de Servidores inativos	279	279
Remuneração média de Membros ativos	21.762,31	22.233,61
Remuneração média de Membros inativos	23.055,93	23.045,03
Remuneração média de Servidores ativos	5.321,45	6.491,69
Remuneração média de Servidores inativos	7.299,66	8.730,28
PGT		
Nº de habitantes do DF	2.051.146	2.051.146
Nº de comarcas do DF	1	1
PRT 1º Região		
Nº de habitantes do RJ	14.391.282	14.391.282
Nº de municípios do RJ	91	91
Nº de comarcas do RJ	80	80
Área total ocupada em Campos de Goytacazes	280	280
Área total ocupada em Nova Friburgo	250	250

Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
Área total ocupada em Volta Redonda	220	220
PRT 2ª Região		
Nº de habitantes do SP	37.032.430	37.032.430
Nº de municípios do SP	645	645
Nº de comarcas do SP	225	225
Área total ocupada em São Bernardo do Campo	500	500
Área total ocupada em Santos	427,90	427,90
PRT 3ª Região		
Nº de habitantes do MG	17.891.494	17.891.494
Nº de municípios do MG	853	853
Nº de comarcas do MG	291	291
Área total ocupada em Juiz de Fora	350	350
Área total ocupada em Uberlândia	285	285
Área total ocupada em Governador Valadares	418	418
Área total ocupada em Patos de Minas	212	212
Área total ocupada em Montes Claros	400	400
Área total ocupada em Varginha	235	235
PRT 4ª Região		
Nº de habitantes do RS	10.187.798	10.187.798
Nº de municípios do RS	467	467
Nº de comarcas do RS	160	160
Área total ocupada em Santa Maria	214,10	214,10
Área total ocupada em Passo Fundo	814,70	814,70
Área total ocupada em Santa Cruz do Sul	300	430
Área total ocupada em Pelotas	316,24	316,24
Área total ocupada em Caxias do Sul	279,95	279,95
PRT 5ª Região		
Nº de habitantes do BA	13.070.250	13.070.250
Nº de municípios do BA	415	415
Nº de comarcas do BA	170	170
Área total ocupada em Itabuna	146,34	146,34
Área total ocupada em Juazeiro	407	252,90
Área total ocupada em Barreiras	360	190,40
PRT 6ª Região		
Nº de habitantes do PE	7.918.344	7.918.344
Nº de municípios do PE	174	185
Nº de comarcas do PE	139	139
Área total ocupada em Petrolina	473,80	400,85
PRT 7ª Região		
Nº de habitantes do CE	7.430.661	7.430.661
Nº de municípios do CE	184	184
Nº de comarcas do CE	136	136
Área total ocupada em Sobral	294,21	294,21
PRT 8ª Região		
Nº de habitantes do PA	6.192.307	6.192.307
Nº de municípios do PA	143	143

Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
Nº de comarcas do PA	103	103
PRT 9º Região		
Área total ocupada em Maringá	354	674,40
Área total ocupada em Londrina	280	280,70
Área total ocupada em Toledo	525	448,00
Área total em Cascavel	240	463,09
Área total ocupada em Umuarama	601	601,30
PRT 10º Região		
Nº de habitantes do TO	1.157.098	1.157.098
Nº de municípios do TO	139	139
Nº de comarcas do TO	42	42
Área total ocupada em Palmas	240	240
Área total ocupada em Araguaína	80	100
PRT 11º Região		
Nº de habitantes do RR	324.397	324.397
Nº de municípios do RR	15	15
Nº de comarcas do RR	6	6
Área total ocupada em Boa Vista	1.094,11	1.094,11
PRT 12º Região		
Nº de habitantes do SC	5.356.360	5.356.360
Nº de municípios do SC	293	293
Nº de comarcas do SC	110	110
Área total ocupada em Joinville	195	195
Área total ocupada em Criciúma	266,70	266,70
PRT 13º Região		
Nº de habitantes do PB	3.443.825	3.443.825
Nº de municípios do PB	223	223
Nº de comarcas do PB	72	72
Área total ocupada em Campina Grande	420	420
PRT 14º Região		
Nº de habitantes do AC	557.526	557.526
Nº de municípios do AC	22	22
Nº de comarcas do AC	22	22
Área total ocupada em Rio Branco	30	436
PRT 15º Região		
Nº de habitantes do SP	37.032.403	37.032.403
Nº de municípios do SP	645	645
Nº de comarcas do SP	225	225
Área total ocupada em são José dos Campos	640	640
Área total ocupada em Baurú	363,7	363,7
Área total ocupada em Araraquara	663	1.513,99
Área total ocupada em Araçatuba	801	801
PRT 16º Região		
Nº de habitantes do MA	5.651.475	5.651.475
Nº de municípios do MA	217	217
Nº de comarcas do MA	99	99

Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
PRT 17º Região		
Nº de habitantes do ES	3.097.232	3.097.232
Nº de municípios do ES	77	77
Nº de comarcas do ES	69	69
Área ocupada em Cachoeiro do Itapemirim	224	224
Área total ocupada em São Mateus	118	118
PRT 18º Região		
Nº de habitantes do GO	5.003.228	5.003.228
Nº de municípios do GO	242	242
Nº de comarcas do GO	119	119
Área total ocupada em Rio Verde	276,85	276,85
PRT 19º Região		
Nº de habitantes do AL	2.822.621	2.822.621
Nº de municípios do AL	101	101
Nº de comarcas do AL	62	62
PRT 20º Região		
Nº de habitantes do SE	1.784.475	1.784.475
Nº de municípios do SE	75	75
Nº de comarcas do SE	37	37
PRT 21º Região		
Nº de habitantes do RN	2.776.782	2.776.782
Nº de municípios do RN	166	166
Nº de comarcas do RN	62	62
Área total ocupada em Mossoró	347,38	347,38
PRT 22º Região		
Nº de habitantes do PI	2.843.278	2.843.278
Nº de municípios do PI	221	221
Nº de comarcas do PI	99	99
Área total ocupada em Picos	1.200	391
PRT 23º Região		
Nº de habitantes do MT	2.504.353	2.504.353
Nº de municípios do MT	126	126
Nº de comarcas do MT	53	53
Área total ocupada em Rondonópolis	170	170
Área total ocupada em Sinop	290	211
PRT 24º Região		
Nº de habitantes do MS	2.078.001	2.078.001
Nº de municípios do MS	77	77
Nº de comarcas do MS	50	50
Área total ocupada em Dourados	178,25	583,60

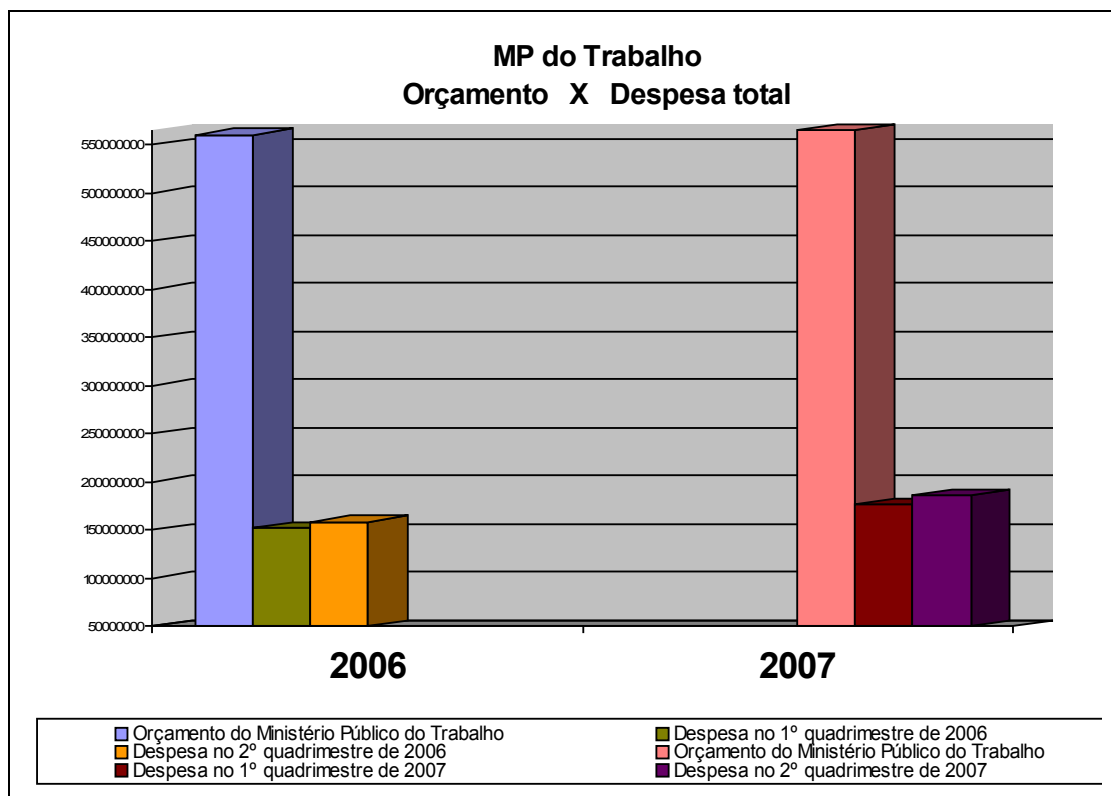
MP do Trabalho - alguns tópicos da execução administrativa



■ N° de cargos de Subprocuradores-Gerais do Trabalho criados	■ N° de cargos de Subprocuradores-Gerais do Trabalho providos
□ N° de cargos de Procuradores Regionais do Trabalho criados	□ N° de cargos de Procuradores Regionais do Trabalho providos
■ N° de cargos de Procuradores do Trabalho criados	■ N° de cargos de Procuradores do Trabalho providos
■ N° de cargos de Servidores da carreira de Analista criados	□ N° de cargos de Servidores da carreira de Analista providos
■ N° de cargos de Servidores da carreira de Técnico criados	■ N° de cargos de Servidores da carreira de Técnico providos
■ N° de Servidores Requisitados	■ N° de Servidores Sem Vínculo
■ N° de vagas para estágios criados	■ N° de vagas para estágios providos
■ N° de Membros inativos	■ N° de Servidores inativos

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

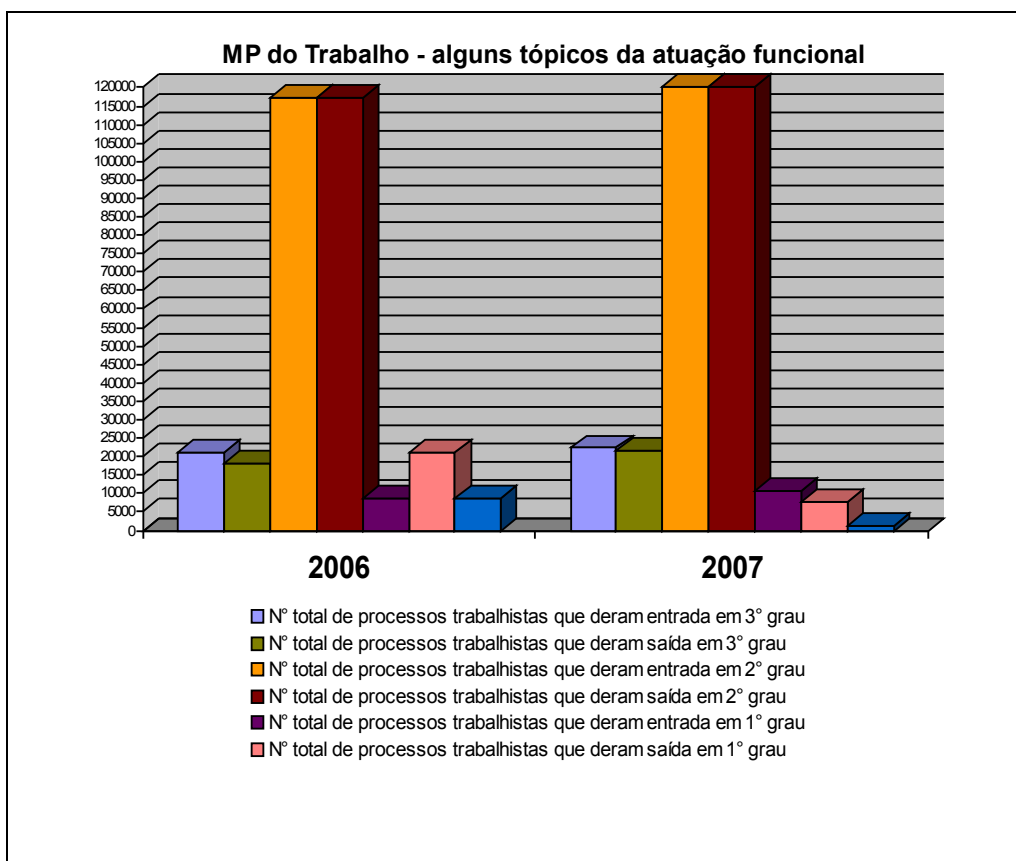
Tópicos da Execução Orçamentária	2006	2007
PIB do Estado	0	0
Orçamento do Estado	0	0
Despesa executada pelo Estado	0	0
Orçamento do Ministério Público do Trabalho (2006)	560.659.729,00	693.229.028,00
Despesa total executada pelo Ministério Público do Trabalho		
3º Quadrimestre de 2005	206.096.918,73	276.637.839,43
1º Quadrimestre de 2006	151.691.687,61	175.737.074,78
2º Quadrimestre de 2006	158.043.113,69	185.431.726,62
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público do Trabalho		
3º Quadrimestre de 2005	26.187.462,09	37.016.064,02
1º Quadrimestre de 2006	13.541.770,68	18.420.293,33
2º Quadrimestre de 2006	20.047.056,07	24.666.698,75
Despesa de capital executada pelo Ministério do Trabalho		
3º Quadrimestre de 2005	18.072.990,92	50.514.822,16
1º Quadrimestre de 2006	0	284.500,07
2º Quadrimestre de 2006	2.572.682,24	2.772.586,12
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público do Trabalho		
3º Quadrimestre de 2005	161.836.465,72	189.106.953,25
1º Quadrimestre de 2006	138.149.916,93	157.032.281,38
2º Quadrimestre de 2006	135.423.375,38	157.992.441,75



ATUAÇÃO FUNCIONAL

Tópicos da Atuação Funcional	2006	2007
Nº total de processos trabalhistas que deram entrada em 3º grau	20.982	22.329
Nº total de processos trabalhistas que deram saída em 3º grau	18.232	21.665
Nº total de processos trabalhistas que deram entrada em 2º grau	117.078	133.653
Nº total de processos trabalhistas que deram saída em 2º grau	117.117	134.546
Nº total de processos trabalhistas que deram entrada em 1º grau	8.835	10.478
Nº total de processos trabalhistas que deram saída em 1º grau	20.982	7.903
Média mensal de processos por Subprocurador/Procurador Regional/ Procurador do Trabalho na área trabalhista	8.835	1.132
Nº de Representações	8.403	18.917
Nº Procedimentos Preparatórios	1.014	15.398
Nº de Inquéritos Cíveis instaurados	15.250	2.033
Nº de Apreciações Prévias	13.894	18.811
Nº de Termos de compromissos de Ajustamento de Conduta	1.924	23.942

Tópicos da Atuação Funcional	2006	2007
Nº de Recomendações propostas	15.546	260.731
Nº de Diligências e Inspeções	21.264	1.498
Nº de Audiências de PPs ou ICPs (depoimento, conciliação, etc.)	2.251	29.966
Nº de Mediações	1.132	677
Nº de Arbitragens	24.951	38
Nº de Ações Anulatórias propostas	526	106
Nº de Ações Cíveis Públicas Realizadas	21	1.012
Nº de Ações Cíveis Coletivas ajuizadas	84	43
Nº de Reclamações Trabalhistas propostas	930	444
Nº de ações Cautelares	33	132
Nº de Ações de Execuções em Termos de Compromissos de Ajustamento de Conduta	465	409
Nº de Mandatos de Seguranças interpostos	177	90
Nº de Ações rescisórias	352	103
Nº de Dissídios Coletivos	63	12
Nº de Audiências nas Varas do Trabalho	89	5.006
Nº de Recursos propostos	89	95.694



ANEXO VI
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

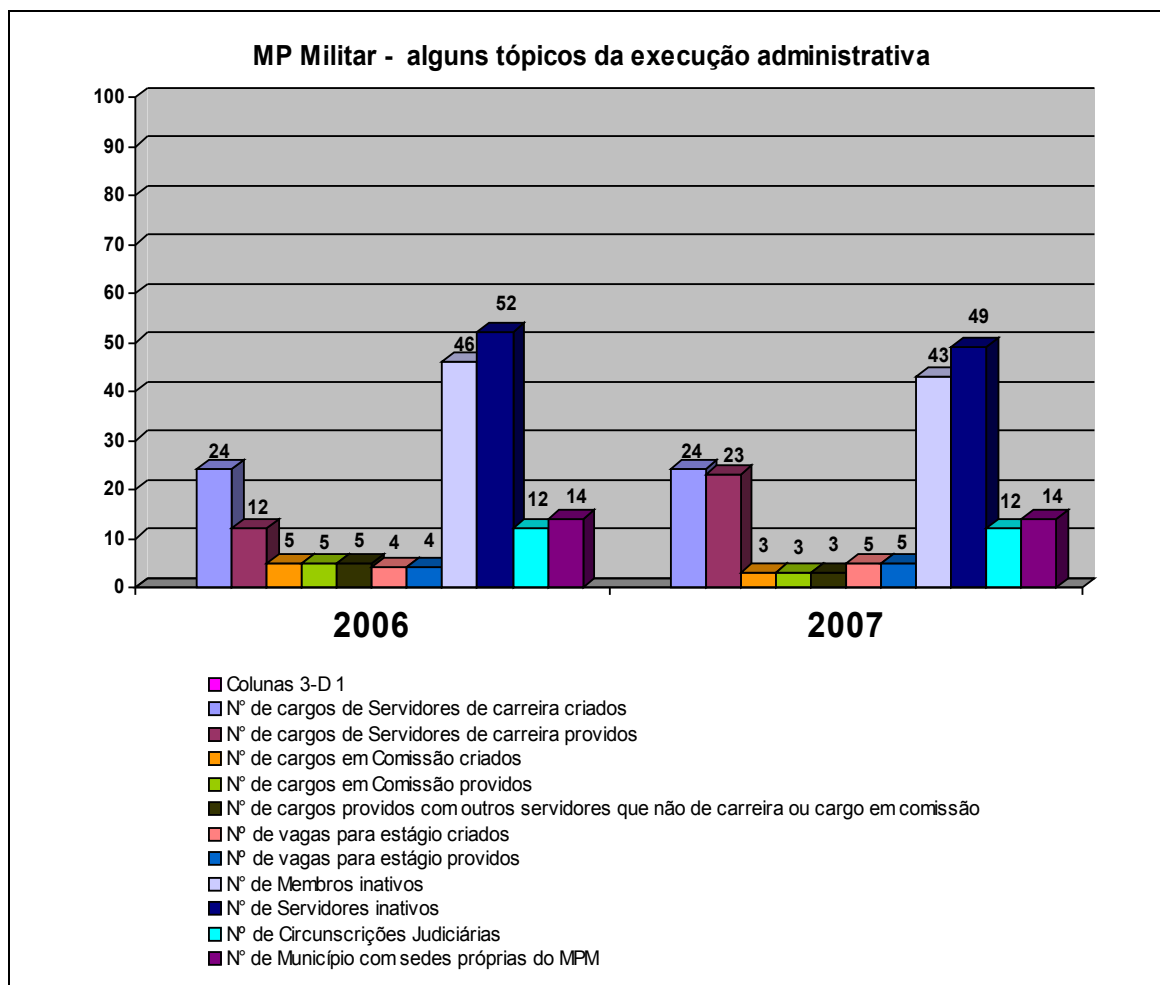
ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

1 EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA

Tópicos da Execução Administrativa	2006	2007
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar criados	0	0
Nº de cargos de Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar providos	0	0
Nº de cargos de Procuradores da Justiça Militar criados	0	0
Nº de cargos de Procuradores da Justiça Militar providos	0	0
Nº de cargos de Promotores de Justiça Militar criados	0	0
Nº de cargos de Promotores de Justiça Militar providos	0	0
Nº de cargos de Servidores de carreira criados	24	24
Nº de cargos de Servidores de carreira providos	12	23
Nº de cargos em Comissão criados	5	3
Nº de cargos em Comissão providos	5	3
Nº de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	5	3
Nº de vagas para estágio criados	4	5
Nº de vagas para estágio providos	4	5
Nº de Membros inativos	46	43
Nº de Servidores inativos	52	49
Área total ocupada pela Ministério Público	9.805,57	11.196,47
Nº de habitantes do Estado	0	0
Nº de Circunscrições Judiciárias	12	12
Nº de Município com sedes próprias do MPM	14	14
Remuneração média de Membros ativos	22.238,89	22.738,25
Remuneração média de Membros inativos	22.779,02	24.842,89
Remuneração média de Servidores ativos	4.682,47	6.670,07
Remuneração média de Servidores inativos	6.628,94	7.802,63
Renda per capita de membros e servidores ativos do MPM	0	29.408,32
Renda per capita de membros e servidores inativos do MPM	0	32.645,52
Renda per capita do Estado	0	0

Observação: As informações quanto o número de cargos está prejudicado. Por certo, o que deve ser informado não é o referente ao ano, mas a estrutura do

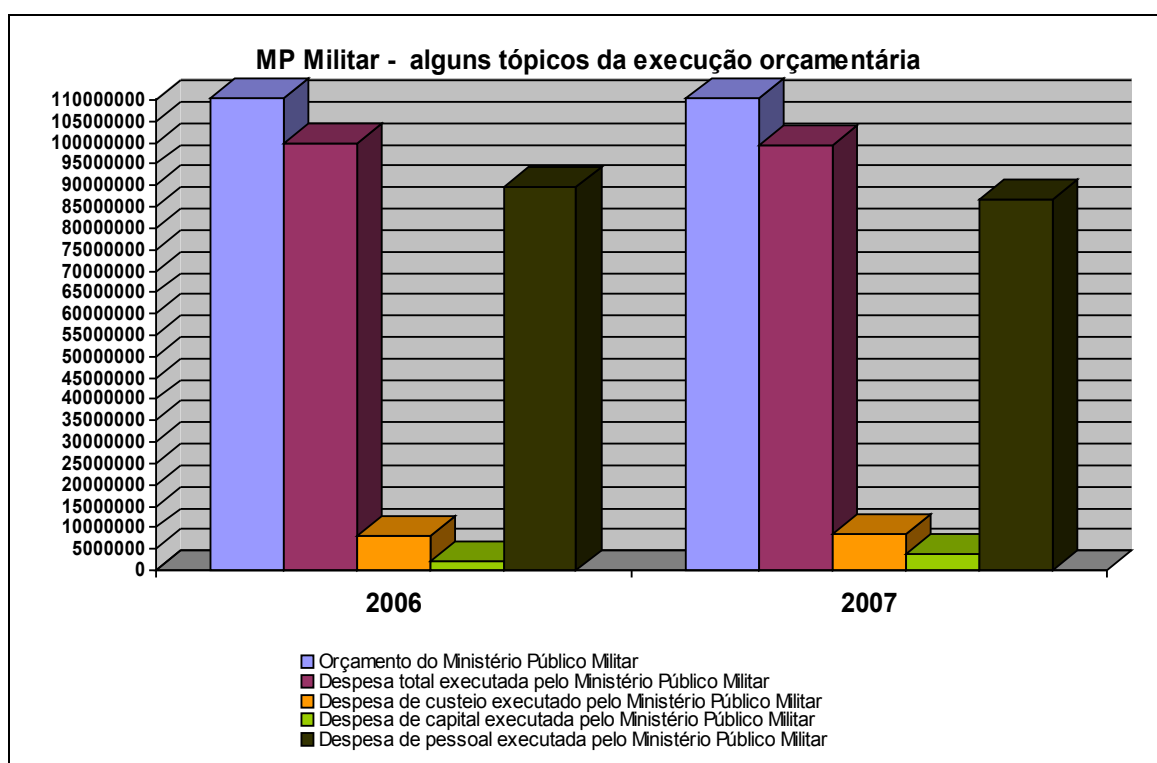
Ministério Público Militar. Ex. quantos cargos tem? Quantos estão providos?
Quantos estão vagos?



3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Tópicos da Execução Orçamentária	Total	
PIB do País	0	0
Orçamento da União	0	0
Despesa executada pela União	0	0
Orçamento do Ministério Público Militar	110.653.191,00	134.007.415,00
Despesa total executada pelo Ministério Público Militar	100.025.369,00	99.395.326,79
Despesa de custeio executado pelo Ministério Público Militar	8.149.806,00	8.661.791,09
Despesa de capital executada pelo Ministério Público Militar	2.061.954,00	3.993.417,84
Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público Militar	89.813.609,00	86.740.117,86
Percentual do total da despesa com pessoal para	0	0

Tópicos da Execução Orçamentária	Total	
apurção do limite sobre a RCL/LRF - 1º quadrimestral		
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL/LRF - 2º quadrimestral	0	0
Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL/LRF - 3º quadrimestral	0	0

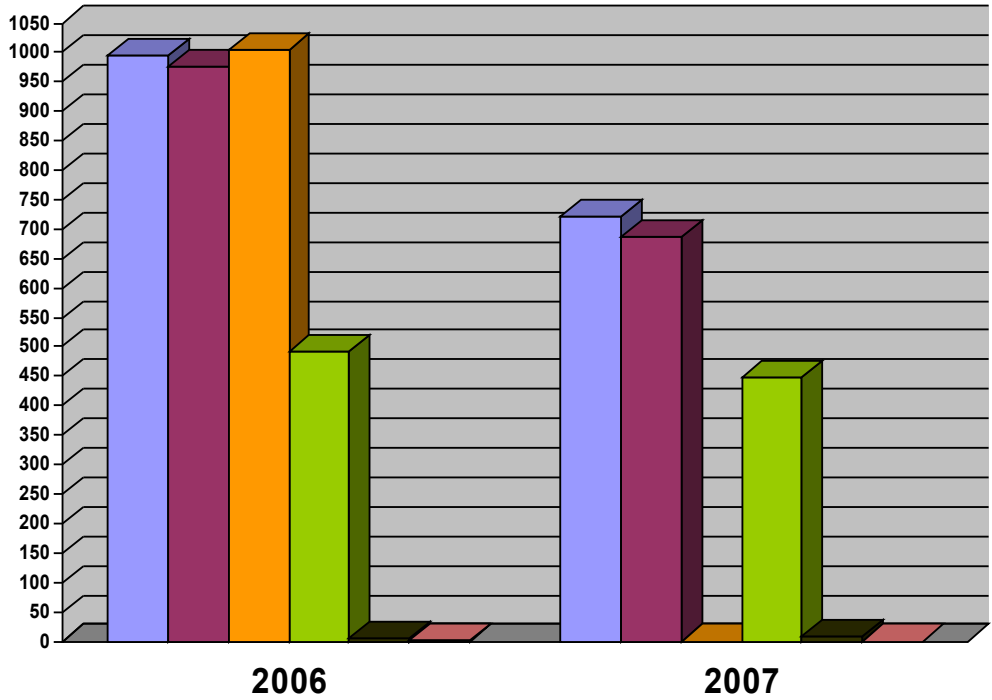


ATUAÇÃO FUNCIONAL

Tópicos da Atuação Funcional	Total	
Nº total de processos criminais que deram entrada em 2º grau	996	721
Nº total de processos criminais que deram saída em 2º grau	977	688
Nº total de processos criminais que deram entrada em 1º grau	0	2.744
Nº total de processos criminais que deram saída em 1º grau	0	2.744
Média mensal de processos por Procurador de Justiça Militar da área criminal	0	0
Nº de Inquéritos Policiais Militares recebidos	0	2.744
Nº de Inquéritos policiais devolvidos com denúncia	1.003	0

Tópicos da Atuação Funcional	Total	
Nº de Inquéritos Policiais Militares devolvidos com pedido de arquivamento	0	1.560
Nº de Inquéritos Policiais Militares devolvidos com pedido de extinção de publicidade	0	0
Nº de Pessoas denunciadas	0	0
Nº de Pessoas condenadas	0	0
Nº de Inquéritos civis instaurados	0	0
Nº de Inquéritos civis em andamentos	0	0
Nº de Termos de ajustamento de conduta firmados	0	0
Nº de Ações civis públicas ajuizadas	0	0
Nº de Ações civis públicas julgadas procedentes	0	0
Nº de Ações civis públicas em andamento	0	0
Nº de Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC	492	447
Nº de denúncias oferecidas a partir de PICs	0	0
Nº de promoções de arquivamento a partir de PICs	0	219
Nº de pedidos de extinção de punibilidade a partir dos PICs	0	0
Nº de Processos criminais em andamento em 1º grau	0	0
Nº de processos para recursos na área criminal - recorrente	0	0
Nº de representações para declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato	4	8
Nº de representações para declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato julgadas procedentes	2	0

MP Militar - alguns tópicos da atuação funcional



- Nº total de processos criminais que deram entrada em 2º grau
- Nº total de processos criminais que deram saída em 2º grau
- Nº de Inquéritos policiais devolvidos com denúncia
- Nº de Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC
- Nº de representações para declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato
- Nº de representações para declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato julgadas procedentes